IARIO OFICIA

Piracicaba. 24 de fevereiro de 2021

PODER **EXECUTIVO**

ERRATA

Nas descrições das áreas a ser desapropriada e remanescente, constante do art. 1º do Decreto nº 17.749, de 31 de janeiro de 2019, que "declara de utilidade pública, para posterior desapropriação amigável ou judicial, parte do imóvel de propriedade de Aristides Pires de Toledo e sua mulher, localizado na Av. 31 de Março, Loteamento "Vila Paulicéia", no bairro Paulicéia, destinada à abertura e alargamento da referida avenida e dá outras providências", bem como, no Memorial Descritivo que o integra, onde se lê:

"Rua José Rodrigues de Almeida" e "localizado entre as Ruas Santa Helena, Dr. José Rodrigues de Almeida e Nossa Senhora Aparecida"

Leia-se, respectivamente:

"Rua Dr. José Rodrigues de Almeida" e "localizado entre as Ruas São Judas Tadeu, Dr. José Rodrigues de Almeida e Nossa Senhora Aparecida"

O Memorial Descritivo que integra o Decreto nº 17.749, de 31 de janeiro de 2019, fica substituído pelo que faz parte integrante desta Errata.

Assim sendo, eu, LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições determino a publicação desta ERRATA, acompanhada do memorial descritivo do qual consta a correção que ora se procede.

Piracicaba, 22 de fevereiro de 2021.

LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA Prefeito Municipal

MEMORIAL DESCRITIVO Parte do Imóvel a ser declarado de Utilidade Pública para posterio lo amigável ou judicial, para abertura e alargamento da Avenida 31 de Março 126,659 / 2018. Aristides Pires de Toledo e sua mulher. Avenida 31 de Março oteamento "Vila Paulicéia" Matrícula nº 39.982 – 2º C.R.I. Paulicéia Matricula n° 39.982 – 2º
A ser Desapropriada – 465,50 m² Remanescente – 294,50 m² DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

À ser desapropriada – 465,50 m²
Parte de um imóvel com frente para a Rua General Rondon, em Piracicaba, compreendendo os lotes nºa 60 e 61, do loteamento denominado "Vila Paulicéia", situado a 30,00 metros do alinhamento predial da Rua Dr. José Rodrigues de Almeida, que assim se descreve: medindo dezenove metros (19,00 m) de frente para Rua General Rondon; medindo do lado direito de quem da Rua olha para o imóvel vinte e quatro metros e cinquenta centímetros (24,50 m) confrontando com o leito carroçável da Avenida 31 de Março antes com parte do lote 62; medindo do lado esquerdo vinte e quatro metros e cinquenta centímetros (24,50 m) confrontando com o leito carroçável da Avenida 31 de Março antes com os lotes 59, 58 e parte do lote 57; e finalmente medindo nos fundos dezenove metros (19,00 m) confrontando com a área remanescente de expropriado, fechando o perímetro com uma área de 465,50 metros quadrados, localizado entre as Ruas São Judas Tadeu, Dr. José Rodrigues de Almeida e Nossa Senhora Aparecida.

Remanescente – 294,50 m²

Terreno com frente para a atual Avenida 31 de Março, em Piracicaba, compreendendo os lotes n°s 60 e 61, do loteamento denominado "Vila Paulicéia", situado a 30,00 metros do alinhamento predial da Rua Dr. José Rodrigues de Almeida, que assim se descreve: mede dezenove metros (19,00 m) de frente para o alinhamento predial da atual Avenida 31 de Março; medindo do lado direito de quem da avenida olha para o imóvel quinze metros e cinquenta centímetros (15,50 m) confrontando com parte do lote 62; medindo lado esquerdo de quem da avenida olha para o imóvel quinze metros e cinquenta centímetros (15,50 m) confrontando com o lote 56 e parte do lote 57; e finalmente medindo nos fundos dezenove metros (19,00 m) confrontando com os lotes 51 e 50, fechando o perímetro com uma área de 294,50 metros quadrados, localizado entre as Ruas São Judas Tadeu, Dr. José Rodrigues de Almeida e Nossa Senbora Aparecida.

Piracicaba, 17 de fevereiro de 2.021.

PORTARIA Nº 4.042, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021. Nomeia Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da execução do convênio a ser firmado entre o Município de Piracicaba e o Arranjo Produtivo Local do Álcool do Piracicaba - APLA, autorizado pela Lei nº 7.244/11 e suas alterações e revoga as Portarias nº 3.589/2012, nº 3.628/2012, nº 3.912/2017, nº 4.025/2020 e nº 4.033/2020.

LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º Nomear Valter Levandosque, Paulo Roberto Costa, Lucimara Aparecida Favarin Muniz e Yuri Katoo, para compor a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da execução do convênio a ser firmado entre o Município de Piracicaba e o Arranio Produtivo Local do Álcool do Piracicaba - APLA, autorizado pela Lei nº 7.244, de 19 de dezembro de 2011 e suas alterações.

Art. 2º Pelos trabalhos desenvolvidos, os membros ora nomeados não receberão remuneração de qualquer espécie, sendo seus trabalhos considerados de relevância para o Município.

Art. 3º Ficam expressamente revogadas as Portarias nº 3.589, de 16 de janeiro de 2012, nº 3.628, de 17 de setembro de 2012, nº 3.912, de 23 de fevereiro de 2017, nº 4.025, de 12 de agosto de 2020 e nº 4.033, de 17 de dezembro de 2020

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 17 de fevereiro de 2021.

LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO LORDELLO BELTRAME Secretário Municipal de Governo e Desenvolvimento Econômico

> FÁBIO FERREIRA DE MOURA Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

LEI Nº 9.536, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021. Estabelece que templos de qualquer culto sejam considerados

como atividade essencial em período de calamidade pública e pandemia no Município de Piracicaba e dá outras providências.

LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEINº 9536

Art. 1º Templos de qualquer culto no Município de Piracicaba serão considerados como atividades essenciais no período de calamidade pública e pandemia.

Parágrafo único. A limitação do número de pessoas presentes em tais locais poderá ser realizada conforme a gravidade da situação relativa à calamidade pública e pandemia, desde que por decisão fundamentada da autoridade competente devendo ser mantida a possibilidade de atendimento presencial nos locais no caput 1º.

Art. 2º A vigilância sanitária e/ou órgão responsável no município fiscalizará os procedimentos de abertura das igrejas e ou templos de quaisquer cultos seguindo os protocolos de segurança da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, 22 de fevereiro de 2021.

LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA Prefeito Municipal

> FILEMON DE LIMA SILVANO Secretário Municipal de Saúde

CARLOS ALBERTO LORDELLO BELTRAME Secretário Municipal de Governo e Desenvolvimento Econômico

> FÁBIO FEREIRA DE MOURA Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

Autor do Projeto: Vereador Paulo Henrique Paranhos Ribeiro.





LELNº 9 535 DE 22 DE FEVERIERO DE 2021

Aprova o Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL e o Município de Piracicaba, visando o recebimento de recursos financeiros, os quais se destinarão à execução do Programa de Eficiência Energética em praças, parques e logradouros públicos e dá outras providências.

LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEINº 9535

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL, concessionária de serviços públicos de energia elétrica, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88 e o Município de Piracicaba, visando o recebimento de recursos financeiros, os quais se destinarão à execução do Programa de Eficiência Energética em praças, parques e logradouros públicos, que fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único. Para a realização dos projetos, programas ou ações que visem a efetivar os objetivos de que trata esta Lei, o Município de Piracicaba promoverá a celebração de termos aditivos e outros instrumentos legais que se façam necessários.

Art. 2º Fica o Município de Piracicaba autorizado a receber, através de repasse efetuado pela CPFL Energia S/A, recursos financeiros até o valor de R\$ 852.219,70 (oitocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e dezenove reais e setenta centavos), para custear a execução Programa de Eficiência Energética em praças, parques e logradouros públicos, com aquisição de luminárias, substituição de modelos antigos, elaboração de relatórios de medição e verificação e outras atividades previstas no Programa.

§ 1º Para alocação dos recursos oriundos da CPFL fica o Município de Piracicaba autorizado a abrir crédito adicional suplementar, até o limite de seus créditos, para o exercício de 2021, nas dotações orçamentárias nº 08011 – 15.541.0040.2250 – 339030/ 339039, da Secretaria Municipal de Obras.

§ 2º A abertura do crédito autorizado pelo § 1º, retro, se dará em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, II, da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 3º Os recursos de que trata o caput do presente artigo se destinarão, ainda, ao pagamento da empresa credenciada através do processo nº 90.186/2020.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, 22 de fevereiro de 2021.

LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA Prefeito Municipal

> ARTHUR COSTA SANTOS Secretário Municipal de Finanças

PAULO SÉRGIO FERREIRA DA SILVA Secretário Municipal de Obras

> FÁBIO FEREIRA DE MOURA Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa GocuSign Envelope ID: 9A4E6E6F-A1DD-44DE-885E-D30D21C14AE0

ANEXO I – TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – COM REPASSE

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ E MUNICÍPIO DE PIRACICABA, TENDO COMO OBJETO A EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA NAS INSTALAÇÕES DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, SITUADA NO MUNICÍPIO DE PIRACICABA/SP

Pelo presente instrumento particular, as **PARTES** abaixo qualificadas, assim denominadas em conjunto, bem como **PARTE** individualmente:

De um lado, MUNICÍPIO DE PIRACICABA inscrita no CNPJ sob o nº 46.341.038/0001-29, unidade consumidora nº 41626303, 42750768, 42653320, 42750830, 41881451, 41881478, 42027900, 39017028, 15095371, 15115186, 39236641, 41012160, e 4000844496, com sede RUA ANTONIO CORREA BARBOSA, № 2233, CHÁCARA NAZARETH, PIRACICABA/SP, CEP 13400-900], neste ato representados por seus representantes legais, devidamente autorizados nos termos de seus atos constitutivos, doravante denominadas simplesmente COOPERADA; e

E, de outro lado:

A COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ, concessionária de serviços públicos de energia elétrica, inscrita no CNPJ sob o n° 33.050.196/0001-88, com sede na RUA JORGE DE FIGUEIREDO CORREA, Nº 1632, JARDIM PROFESSORA TARCÍLIA, CAMPINAS/SP, CEP 13087-397, neste ato representada por seus procuradores, devidamente autorizados, doravante denominada simplesmente "CPFL".

Resolvem, de comum acordo, firmar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** para realização do Projeto de Eficiência Energética ("**PROJETO**"), mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DAS DEFINIÇÕES:

Para os termos deste **TERMO DE COOPERAÇÃO**, as **PARTES** estabelecem as seguintes definições:

"PARTES": Denominação que engloba as empresas que integram o presente instrumento, sejam elas a CPFL e a COOPERADA, quando em conjunto, que por sua vez o assinam de forma livre e espontânea, nos exatos moldes infra consignados.

Minuta pré-validada – Jurídico CPFL – Prazo de Validade da Minuta: (14/04/2020) a (14/04/2021)



DIÁRIO OFICIAL

Expediente: O Diário Oficial do Município de Piracicaba | Site: www.diariooficial.piracicaba.sp.gov.br **Administração**: Luciano Santos Tavares de Almeida - Prefeito | Gabriel Ferrato dos Santos - Vice-Prefeito

Jornalista responsável: João Jacinto de Souza - MTB 21.054

Diagramação: Centro de Informática | Rua Antonio Correa Barbosa, 2233 - Fone: (19) 3403-1031 | E-mail: diariooficial@piracicaba.sp.gov.br

Conteúdo: O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade de seus emissores: Órgãos Públicos, Entidades e, demais interessados. Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor. Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue 156 - Serviço de Informação à População.

"TERMO DE COOPERAÇÃO": O presente Termo de Cooperação Técnica de Eficientização Energética que representa um acordo consensual realizado entre as PARTES, objetivando regular relação jurídica contratual.

"PROJETO": Representa o Projeto que integra o Programa de Eficiência Energética da CPFL, selecionado através de Chamada Pública de Projetos SPF/PEE-CPFL ENERGIA_001/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Constitui objeto do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** a aplicação, pela **CPFL**, de recursos financeiros oriundos do Programa de Eficiência Energética - PEE, para a implementação de ações de eficiência energética em **sistema de iluminação pública**]. nas dependências da **COOPERADA**, de acordo com o Projeto descrito no Anexo I-I, tendo como objetivo promover a disseminação dos conceitos e procedimentos referentes à conservação de energia, eficiência energética e otimização energética de equipamentos.

Benefícios a serem atingidos:

- Para a COOPERADA: redução dos custos com a energia elétrica, modernização dos ativos com a consequente redução com custos com manutenção.
- Para a CPFL: a busca permanente da conscientização dos clientes quanto ao uso inteligente da energia elétrica.
- Para a SOCIEDADE: com a disseminação dos conceitos de eficientização energética, haverá redução do desperdício de energia elétrica, fato que consequentemente possibilitará a economia na realização de novos investimentos para expansão do sistema elétrico, contribuindo para a não elevação sistemática dos custos do serviço de energia elétrica.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR DO TERMO DE COOPERAÇÃO

§1. Em decorrência de negociação específica realizada para o TERMO DE COOPERAÇÃO e, ainda, respaldadas pela legislação vigente, as PARTES acordam que a CPFL suportará o custo total estimado de R\$ 937.226,77 (novecentos e trinta e sete mil, duzentos e vinte e seis reais e setenta e sete centavos, necessário para a implementação do PROJETO seguindo o cronograma financeiro estabelecido neste TERMO DE

Minuta pré-validada – Jurídico CPFL – Prazo de Validade da Minuta: (14/04/2020) a (14/04/2021)

DocuSign Ehvelope ID: 9A4E6E6F-A1DD-44DE-885E-D30D21C14AE0

COOPERAÇÃO, valor este que será divulgado entre as partes sempre que

ETAPAS	VALORES (R\$)			
ETAPAS	CONTRAPARTIDA	СР	FL	
	COOPERADA	REPASSE COOPERADA	CUSTOS INTERNOS	
Materiais e equipamentos	-	594.106,00	•	
Mão de obra própria	•	•	39.050,99	
Mão de obra de terceiros		183.640,00	•	
Transporte	-		3.905,10	
Marketing	-	-	39.050,99	
Treinamento e capacitação	-	39.000,00	-	
Descarte de materiais		3.273,70	-	
Medição e verificação		32.200,00		
Auditoria	-	-	3.000,00	
Outros Custos Indiretos	-	-	-	
TOTAL	-	852.219,70	85.007,07	
TOTAL GLOBAL	93	7.226,77		

- §2. Os itens que compõem o custo total referido no parágrafo anterior encontram-se detalhados e no Anexo I-III;
 - §3. Parte do valor do projeto será repassado diretamente a COOPERADA, conforme cronograma de desembolso, após envio pela COOPERADA das comprovações físicas e/ou documentais da aquisição dos materiais e/ou da realização dos serviços previstos no presente Contrato e especificados em seu Anexo I-I, e fiscalização pela CPFL. As etapas e valores a seres repassados a COOPERADA estão detalhados na Tabela abaixo e serão efetivados no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da data do aceite pela CPFL pela entrega da etapa, conforme detalhado na CLÁUSULA OITAVA do presente instrumento.

Minuta pré-validada – Jurídico CPFL – Prazo de Validade da Minuta: (14/04/2020) a (14/04/2021)

DocuSign Envelope ID: 9A4E6E6F-A1DD-44DE-885E-D30D21C14AE0

ETAPAS	REPASSE BENEFICIÁRIA
Materiais e equipamentos	594.106,00
Mão de obra de terceiros	183.640,00
Treinamento e capacitação	39.000,00
Descarte de materiais	3.273,70
Medição e verificação	32.200,00
TOTAL	852.219,70
TOTAL GLOBAL	852.219,70

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

Constitui parte integrante do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** como se nele estivessem transcritos:

Anexo I-I Cópia do Projeto elaborado pela COOPERADA e apresentado à CPFL:

Anexo I-II Cronograma físico:

Anexo I-III Cronograma financeiro em conformidade ao previsto no edital;

CLÁUSULA QUARTA - ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DA CPFL

Para a consecução do objeto deste Contrato, a CPFL obriga-se a:

- §1. Designar, a seu critério, coordenador para o PROJETO, ficando este responsável pelos contatos e entendimentos necessários à execução do presente TERMO DE COOPERAÇÃO, devendo informar, nome, telefone e e-mail.
- §2. Fiscalizar a execução e implantação dos serviços, constantes no PROJETO, realizando o aceite da entrega dos materiais e execução dos serviços executados;

Minuta pré-validada – Jurídico CPFL – Prazo de Validade da Minuta: (14/04/2020) a (14/04/2021)

DocuSign Envelope ID: 9A4E6E6F-A1DD-44DE-885E-D30D21C14AE0

- §3. Alocar os valores previstos no PROJETO, conforme especificado no Anexo I-III, para a consecução dos objetivos deste TERMO DE COOPERAÇÃO, pertinente a sua parcela de responsabilidade;
- §4. Atestar a realização do **PROJETO**, nos termos definidos no Anexo I-I;
- §5. Os valores previstos no Parágrafo 1º da Cláusula Segunda serão creditados em conta corrente da COOPERADA, em estabelecimento bancário por este indicado;
- §6. Ao seu exclusivo critério, a CPFL se reserva o direito de divulgar a qualquer tempo, o PROJETO objeto do presente TERMO DE COOPERAÇÃO, bem como os seus resultados, sem a necessidade de comunicação prévia e expressa, e/ou a solicitação de autorização da COOPERADA;
- §7. Validar formalmente o cronograma previamente apresentado pela COOPERADA, bem como a proposta de materiais e escopo da obra a ser executada:
- §8. Realizar as comunicações perante à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, especialmente o carregamento e encerramento do PROJETO.
- §9. Exigir que as atividades inerentes ao PROJETO sejam executadas somente se todas as questões envolvendo segurança e medicina do trabalho e/ou nas instalações estejam rigorosamente observadas pela COOPERADA.

CLÁUSULA QUINTA - ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DA COOPERADA

Para a consecução do objeto deste TERMO DE COOPERAÇÃO, a COOPERADA obriga-se a:

- §1. Implementar o PROJETO de acordo com as especificações apresentadas na Chamada Pública de nº SPF/PEE-CPFL ENERGIA_001/2020 e anexada a este TERMO DE COOPERAÇÃO;
- §2. Designar, a seu critério, coordenador para o PROJETO, ficando este responsável pelos contatos, emissão de relatórios e entendimentos necessários à execução do presente TERMO DE COOPERAÇÃO, devendo informar: nome, endereço, telefones (fixo e celular) e e-mail;
- §3. O coordenador designado pela COOPERADA deverá pertencer ao seu quadro funcional e, em caso de desligamento, o nome do novo responsável deverá ser indicado;
- §4. Responsabilizar-se pela especificação e aquisição dos materiais e equipamentos relacionados no detalhamento do PROJETO, relacionado no Anexo I-I, que serão utilizados nas instalações.

- §5. Disponibilizar um responsável técnico, em tempo integral, para acompanhar a realização dos serviços.
- §6. Supervisionar a execução do PROJETO, responsabilizando-se inteiramente por sua operação, manutenção e ampliação futura.
- §7. Responsabilizar-se pela operação e manutenção dos equipamentos que vierem a ser instalados.
- §8. Fornecer profissionais e recursos humanos necessários e suficientes para a consecução do PROJETO, dentro do cronograma estabelecido e período contratual, se responsabilizando integralmente pela qualidade da mão de obra e dos serviços empregados na consecução do PROJETO do presente TERMO DE COOPERAÇÃO.
- §9. Prestar toda e qualquer informação sobre o PROJETO, bem como disponibilizar pessoal técnico próprio para acompanhar o pessoal contratado e/ou seus prepostos para execução dos serviços.
- §10. Responsabilizar-se pelo recolhimento de encargos tributários, sociais e trabalhistas dos empregados e empresas que vierem a atuar na execução do PROJETO objeto do presente TERMO DE COOPERAÇÃO, exigindo, inclusive, a observância de todas as Normas Regulamentadoras vigentes aplicadas à atividade que será desenvolvida, notadamente a NR 10 Instalações e Serviços em Eletricidade, e quando aplicável: NR 33 Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados e NR 35 Trabalho em Altura.
- §11. Arcar com toda e qualquer despesa referente a equipamentos e materiais, necessários à manutenção e operação das instalações eficientizadas, após a conclusão do PROJETO.
- §12. Apresentar à CPFL cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica ART, registrada junto ao CREA, referente à elaboração e execução do PROJETO, bem como laudos estruturais, quando cabível, devendo ser encaminhado à CPFL antes do início da execução dos serviços.
- §13. Apresentar à CPFL, no prazo de até 30 (trinta) dias após a realização das medições e verificações iniciais, plano de medição e verificação dos benefícios do PROJETO, o qual deverá ser prévia e formalmente aprovado pela CPFL, sob pena da aplicação da Cláusula Décima Quarta do presente Instrumento.
- §14. Iniciar a execução do PROJETO somente após a apresentação e aceitação expressa e por escrito pela CPFL das medições da situação existente, conforme definido no Parágrafo 13° acima, e obrigatoriamente informar à CPFL da chegada dos materiais sob pena da CPFL não efetuar os desembolsos financeiros ajustados e previstos no Parágrafo 4 e 5, da Cláusula Quinta, do presente TERMO DE COOPERAÇÃO.

Minuta pré-validada – Jurídico CPFL – Prazo de Validade da Minuta: (14/04/2020) a (14/04/2021)

DocuSign Envelope ID: 9A4E6E6F-A1DD-44DE-885E-D30D21C14AE0

- §15. Apresentar à CPFL os comprovantes fiscais referentes à compra de materiais, equipamentos e mão de obra para a consecução do PROJETO. A CPFL efetuará os desembolsos referentes a materiais, equipamentos e mão de obra de terceiros com base e limitado aos valores contidos nas notas fiscais apresentadas.
- §16. Comprometer-se a não reutilizar os materiais substituídos pelos contemplados no presente TERMO DE COOPERAÇÃO na manutenção ou ampliação das instalações, responsabilizando-se pela descontaminação e pelo descarte adequado dos materiais substituídos, respeitando a legislação ambiental vigente, devendo ser apresentado de CPFL certificado de comprovação e/ou laudo de descarte e/ou descontaminação realizada, fornecido por empresa contratada para os fins específicos, específicando a quantidade igual ou relacionada dos materiais substituídos com o quantitativo previsto no PROJETO.
- §17. Providenciar locais seguros e próximos aos locais de execução dos serviços para armazenagem dos materiais a serem instalados e/ou retirados para descarte, responsabilizando-se pelos mesmos e observando as normas ambientais vigentes acerca de áreas de armazenamento provisório para resíduos perigosos.
- §18. Realizar o descarte de todos os materiais e/ou equipamentos substituídos no **PROJETO**, que não contenham resíduos agressivos ao meio ambiente, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecido pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, devendo ser apresentado à **CPFL**, a Declaração de Descarte dos materiais e/ou equipamentos substituídos junto à solicitação de reembolso de materiais e/ou equipamentos, como também o Alvará de Funcionamento da empresa responsável pelo descarte.
- §19. Realizar o descarte de todos os materiais e/ou equipamentos substituídos no **PROJETO**, que não se enquadrem no Parágrafo 18°, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecido pela Lei n° 12.305, de 2 de agosto de 2010 e as regras estabelecidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA, cuja comprovação se dará por meio da apresentação de "Certificado de Destinação Final de Resíduos", emitido por órgão ou empresa com competência reconhecida, referente ao descarte de materiais e/ou equipamentos que contenham resíduos agressivos ao meio ambiente. O "Certificado de Destinação Final de Resíduos" deverá ser apresentado à **CPFL** junto à solicitação de reembolso de materiais e/ou equipamentos.
- §20. A empresa contratada pela COOPERADA para a realização do descarte e/ou descontaminação dos materiais substituídos, descritos no Parágrafo 20°, deverá possuir os seguintes documentos:

Minuta pré-validada – Jurídico CPFL – Prazo de Validade da Minuta: (14/04/2020) a (14/04/2021)

DocuSign Envelope ID: 9A4E6E6F-A1DD-44DE-885E-D30D21C14AE0

- Alvará de funcionamento;
- Licença Ambiental do Instituto Ambiental de São Paulo ou equivalente;
- Registro do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente IBAMA;
- Certidão Negativa de Débito emitida pelo IBAMA;
- Atender o disposto na ABNT NBR 15833
- §21. No caso de descarte de equipamentos de refrigeração, condicionamento de ar e assemelhados, deverá ser feito o recolhimento dos resíduos conforme a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, resoluções CONAMA n° 267, de 14 de setembro de 2000, e n° 340, de 25 de setembro de 2003, e conforme Norma Técnica ABNT NBR 15833;
- §22. Apresentar o cronograma físico no formato do Anexo I-II, detalhando todas as etapas de execução do presente PROJETO, prazos, responsáveis e materiais a serem utilizados, para validação da CPFL;
- §23. Elaborar e encaminhar mensalmente à CPFL, até o 5° (quinto) dia útil do mês subsequente ao período em análise, os relatórios de acompanhamento e execução do PROJETO, ou conforme solicitação da CPFL:
- §24. Permitir o registro fotográfico e/ou filmagem da implementação do presente PROJETO antes, durante ou após a implementação das ações de eficiência energética em suas instalações e seu uso para eventuais divulgações das ações de Eficiência Energética do Grupo CPFL;
- §25. Posteriormente à implementação das medidas diagnosticadas, deverão ser apresentadas as avaliações finais com a apresentação do Relatório de Medição e Verificação (RM&V), com medições e comparações que apontarão as reais reduções de consumo e demanda propostas pelo Diagnóstico; as intervenções deverão ser documentadas através de fotos apresentadas no RM&V para comprovação junto à fiscalização das ações realizadas, incluindo o relato dos problemas ocorridos;
- §26. Apresentar os resultados de forma detalhada, em termos de energia economizada e demanda retirada no horário de ponta, bem como a respectiva linha de base, incluindo análise das contas de energia elétrica, com base nas orientações do Protocolo Internacional de Medição e Verificação de Performance (PIMVP), Guia de M&V e PROPEE, preenchendo planilha específica;
- §27. Responsabilizar-se pelos resultados do Projeto de Eficiência Energética, especialmente de economia de energia elétrica, retirada de energia elétrica na ponta e Relação Custo Beneficio (RCB), que devem atender, no mínimo, o que foi previsto/planejado e apresentado no PROJETO pelo proponente:

Minuta pré-validada – Jurídico CPFL – Prazo de Validade da Minuta: (14/04/2020) a (14/04/2021)

DocuSign Envelope ID: 9A4E6E6F-A1DD-44DE-885E-D30D21C14AE0

- §28. Apresentar o Relatório Final do PROJETO. Nesses relatórios devem constar todas as informações pertinentes ao programa que são solicitadas pela ANEEL para fins de fiscalização, acompanhamento e controle; deverão constar itens básicos como: objetivos, cronogramas de execução, resultados, cálculos, metas, resultados finais, abrangência, análise econômica, notas dentre outros;
- §29. Comprometer-se a repassar à CPFL, a qualquer tempo, informações solicitadas do PROJETO, e entregar Relatório Final do Projeto, conforme orientação constante no Módulo 9 – Avaliação dos Projetos e programa no Item 5 – Procedimentos, que deverá ser encaminhamento à ANEEL;
- §30. Disponibilizar dados técnicos de economia de energia, de demanda e outros necessários para a mensuração dos resultados do **PROJETO**, autorizando a **CPFL** divulgar publicamente os casos de sucesso que deverá ser encaminhado à ANEEL;
- §31. Receber, a qualquer momento, as equipes de auditores técnicos e financeiros, indicados pela **CPFL**, a fim de verificar a consistência das informações apresentadas com a realidade de campo;
- §32. Manter-se adimplente com todas as obrigações legais com a CPFL, especialmente no que se refere ao pagamento das Faturas de Energia Elétrica, incluindo, mas não se limitando, a regularidade fiscal ou tributário, débitos trabalhistas, licenças ambientais inerentes ao PROJETO, e manter-se sem restrições cadastrais nos órgãos de proteção ao crédito.
- §33. Atender todas as orientações fornecidas pela CPFL durante a implementação do projeto, especialmente em relação a questões e critérios técnicos e de segurança.
- §34. Indenizar a CPFL e/ou terceiros por quaisquer perdas e danos causados comprovadamente por ela e/ou seus prepostos, nos termos do Código Civil, em razão da execução do **PROJETO**.
- §35. Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei Anticorrupção nº 12.846/13.
- §36. Observar rigorosamente todas as exigências legais federais, estaduais e municipais relativas à segurança, higiene e medicina do trabalho, particularmente aquelas pertinentes à Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e todas as Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela PORTARIA n.º 3.214 de 8 de junho de 1978. Além desta observância, igualmente deverá obedecer a todas as normas, instruções, especificações e outras solicitações pertinentes à segurança, higiene e medicina do trabalho indicadas pela CPFL para a execução do Projeto Anexo I-I, visando à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais ou do trabalho aos colaboradores envolvidos no projeto.

§37. Responsabilizar-se pela execução e implementação da proposta de Projeto aprovada na Chamada Pública de Projetos 2020 nos termos em que foi apresentada, zelando para que os resultados planejados para energia economizada, redução de demanda e Relação Custo Benefício (RCB), sejam integralmente atingidos.

CLÁUSULA SEXTA - ITEM ORÇAMENTÁRIO

- §1. Os recursos para os desembolsos que serão efetuados pela CPFL para a consecução do objeto deste TERMO DE COOPERAÇÃO encontram-se inseridos no Programa de Eficiência Energética;
- §2. Quanto à COOPERADA, os recursos estão previstos no dotação orçamentária nº 08011 15.541.0040.2250 339030/339039 fonte 0206010063].

CLÁUSULA SÉTIMA - CRONOGRAMA FINANCEIRO

§1. O cronograma de desembolsos dos recursos necessários para a consecução do presente TERMO DE COOPERAÇÃO, bem como a responsabilidade do executor, está detalhado no Anexo K-II do presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - REPASSE DE VALORES

- §1. Os repasses financeiros planejados pela CPFL referente à compra de materiais e equipamentos e contratação de mão de obra de terceiros, somente serão efetuados após a comprovação da realização das atividades acima, que serão validados através de fiscalização e aceite da CPFL em conformidade ao previsto no edital;
- §2. Os repasses financeiros serão realizados de forma parcelada em 02 momentos diferentes, conforme detalhado nas alíneas abaixo:
 - a) O primeiro momento será com a aquisição dos materiais que deverão ser comprovados pela COOPERADA e fiscalizados e aceitos pela CPFL para que seja realizado o repasse financeiro devido. Nesse caso, o valor total dos materiais poderá ser repassado em até 03 parcelas, conforme as entregas dos equipamentos forem realizadas e comprovadas pela COOPERADA à CPFL;
 - b) O segundo momento será com a execução de todos os serviços previstos no escopo projeto, incluindo, mas não se limitando, o serviço de

Minuta pré-validada – Jurídico CPFL – Prazo de Validade da Minuta: (14/04/2020) a (14/04/2021)

DocuSign Envelope ID: 9A4E6E6F-A1DD-44DE-885E-D30D21C14AE0

instalação e/ou substituição dos equipamentos, descarte dos materiais, treinamento e relatórios (Medição & Verificação e Relatório Final). Assim como no pagamento dos materiais, os serviços realizados deverão ser comprovados pela **COOPERADA** e fiscalizados e aceitos pela **CPFL** para que sejam realizados os repasses financeiro. Nesse caso, o pagamento será em uma única parcela após a realização de todas as atividades previstas.

- c) No caso de instalação de Sistemas Fotovoltaicos, o repasse financeiro da etapa de Serviços de emissão de Relatórios (Medição & Verificação e Relatório Final) serão efetuados após a realização dos 12 meses de medição, conforme procedimento previsto no manual do PROPEE, e emissão definitiva desses documentos.
- §3. Os repasses citados no parágrafo 1º desta Cláusula Oitava, da COOPERADA, desde que expressamente aprovados e autorizados, deverão ser realizados através de depósito bancário, em conta específica, no Banco do Brasil (001), Agência 0056-6, Conta Corrente112.504-4, em favor da COOPERADA;
- §4. Os repasses que venham a ser realizados pela CPFL em favor da COOPERADA deverão observar obrigatoriamente o calendário de desembolso previsto no edital:
- §5. Caso a data ajustada para a realização do repasse dos valores coincida com dia em que não haja borderô, o referido repasse será efetuado no borderô subsequente;
- §6. A CPFL não se responsabilizará por eventuais atrasos nos repasses de valores que venham a ocorrer, caso a documentação apresentada pela COOPERADA não atenda adequadamente as exigências e recomendações por ela estabelecidas, em conformidade ao previsto no edital ou em situações que requerem fiscalização por parte da CPFL em campo;
- §7. Os valores envolvidos na consecução do objeto do presente TERMO DE COOPERAÇO TÉCNICA estão definidos no Anexo I-III, limitando- se aos compositores de la consecução de la consecuencia del la consecuencia de la consecuencia de la consecuencia de la c
- §8. Na eventualidade da COOPERADA desembolsar valores superiores aos estabelecidos no Anexo I-III, ou adquirir equipamentos em quantidades superiores àquelas estabelecidas no Anexo I-I, deverá arcar individualmente com os custos adicionais:
- §9. O repasse será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados a partir do aceite da CPFL quanto às entregas e fiscalizações.

CLÁUSULA NONA - DA DOCUMENTAÇÃO DO REPASSE

Minuta pré-validada – Jurídico CPFL – Prazo de Validade da Minuta: (14/04/2020) a (14/04/2021)

DocuSign Envelope ID: 9A4E6E6F-A1DD-44DE-885E-D30D21C14AE0

§1. Para realização do repasse financeiro, o COOPERADO deverá apresentar documentação comprovando os pagamentos efetuados nas compras dos materiais e dos serviços contratados e, adicionalmente, a CPFL deverá fiscalizar e validar a compra do material e/ou a execução do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA - RELAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

§1. A relação dos equipamentos e materiais para execução do PROJETO de eficientização energética da COOPERADA está estabelecida no Projeto no Anexo I-I.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

- §1.O PROJETO de eficientização energética referente a este instrumento (Anexo I-I) deverá ser executado integralmente e finalizado em 2021, exceto para projetos com aplicação de fontes incentivadas, os quais, o prazo limite para Medição & Verificação pode avançar até 2022.
- §2. O prazo de execução estabelecido nos Cronogramas Físico e Financeiro, Anexo I-II e Anexo I-III, somente poderão ser alterados mediante aprovação da CPFL;
- §3. Na impossibilidade de cumprimento da condição avençada no parágrafo anterior, desde que devidamente justificado o fato superveniente, a COOPERADA deverá comunicar imediatamente a CPFL sobre o ocorrido, requerendo a dilação do prazo, possibilitando-lhe consultar a ANEEL sobre a prorrogação do prazo para conclusão do PROJETO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VIGÊNCIA

§1. O presente TERMO DE COOPERAÇÃO vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, mediante concordância expressa das PARTES, através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES

Minuta pré-validada – Jurídico CPFL – Prazo de Validade da Minuta: (14/04/2020) a (14/04/2021)

DocuSign Envelope ID: 9A4E6E6F-A1DD-44DE-885E-D30D21C14AE0

- §1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente TERMO DE COOPERAÇÃO, sujeitará a COOPERADA a pagar à CPFL, a título de penalidade, o percentual de 10% (dez por cento), calculado sobre o custo total definido na Cláusula Segunda deste instrumento, podendo a CPFL por sua mera liberalidade isentar a COOPERADA do pagamento da multa após a devida avaliação de eventuais justificativas apresentadas;
- §2. Na hipótese da CPFL vir a ser penalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, Poder Concedente e Órgão Regulador, responsável pela aprovação do PROJETO, acompanhamento e fiscalização física e financeira e aprovação final da execução do Programa de Eficiência Energética, em virtude de não cumprimento pela COOPERADA das atribuições, obrigações e demais encargos ajustados no presente TERMO DE COOPERAÇÃO, a COOPERADA deverá obrigatoriamente ressarcir à CPFL referente ao montante da multa aplicada, sem prejuízo de outras sanções cabíveis no caso;
- §3. No caso de cancelamento do PROJETO pela AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA ANEEL, em decorrência de descumprimento das metas estabelecidas no PROJETO por parte da COOPERADA, deverá a COOPERADA ressarcir por todos os valores pagos e desembolsados pela CPFL na implementação deste PROJETO, devidamente corrigidos pela variação da Taxa Selic apurados no período, a contar da data do pagamento até o dia da efetiva devolução:
- §4. Na hipótese da CPFL vir a ser penalizada pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO TCE ou qualquer outro órgão, em virtude de não cumprimento pela COOPERADA das atribuições, obrigações e demais encargos ajustados no presente TERMO DE COOPERAÇÃO, a COOPERADA deverá obrigatoriamente ressarcir à CPFL referente ao montante da multa suportada, sem prejuízo de outras sanções cabíveis no caso:
- §5. Caso as verificações dos resultados finais de economia anual do consumo (MWh/ano) e de demanda retirada na ponta (kW) resulte numa Relação Custo Benefício (RCB) final superior ao limite estabelecido pela ANEEL, o COOPERADA deverá devolver à CPFL os valores necessários para alcançar o limite estabelecido pela ANEEL, corrigidos pela variação da Taxa SELIC, apurados no período contado da data do repasse até o dia da efetiva devolução, em uma única parcela representada por fatura de diversos, com vencimento em até 30 (trinta) dias da sua emissão.
- §6. Toda e qualquer alteração pretendida pela COOPERADA deverá ser submetida à aprovação prévia e expressa da CPFL, devidamente acompanhada de no mínimo 3 (três) orçamentos financeiros, obtidos junto a entidades idôneas, sob pena de não conhecimento da solicitação, desde que não implique na mudança ou alteração da Relação Custo

Benefício (RCB) superior a 10 % (dez por cento) do valor previsto no Anexo I-I ou maior do que os limites estabelecidos na Resolução da ANEEL n° 830/2018 a ser formalizado mediante Aditivo Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO ANTECIPADA

- §1. Este TERMO DE COOPERAÇÃO poderá ser extinto antecipadamente em caso de inadimplemento de qualquer das cláusulas ou pela superveniência de imposição legal que torne impraticável ou, ainda, mediante acordo entre as PARTES, em vista de manifesto interesse, de conformidade com critérios de conveniência e oportunidade públicas, respeitados os compromissos assumidos com terceiros, até o limite exigível por lei;
- §2. Caso este TERMO DE COOPERAÇÃO venha a ser extinto antecipadamente por inadimplemento da COOPERADA, este se obriga a devolver os valores repassados pela CPFL, corrigidos pela variação da Taxa da Selic apurados no período, a contar da data do repasse até o dia da efetiva devolução;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- §1. A qualquer tempo e de comum acordo das PARTES este instrumento poderá sofrer alterações, mediante Termos Aditivos, vedada a mudança das condições essenciais previstas no projeto, Anexo I-I.
- §2. Toda e qualquer alteração positiva nos valores financeiros pretendida pela COOPERADA deverá ser submetida à aprovação prévia e expressa da CPFL, devidamente acompanhada de no mínimo 3 (três) orçamentos financeiros, obtidos junto a entidades idôneas, sob pena de não conhecimento da solicitação, desde que não implique na mudança ou na alteração da Relação Custo Benefício (RCB) superior a 10% (dez por cento) do valor previsto no Anexo I-I ou maior do que os limites estabelecidos na Resolução da ANEEL nº 830/2018 a ser formalizado mediante Aditivo Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

 As PARTES de comum acordo ajustam que fica vedada a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto do presente instrumento para terceiros;

Minuta pré-validada – Jurídico CPFL – Prazo de Validade da Minuta: (14/04/2020) a (14/04/2021)

DocuSign Envelope ID: 9A4E6E6F-A1DD-44DE-885E-D30D21C14AE0

posição de destaque e fácil visualização, que se trata do Programa de Eficiência Energética executado pela CPFL, regulamentado pela AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. Adicionalmente, deve-se demonstrar também na peça de comunicação os Logos da CPFL e do Programa de Eficiência Energética da ANEEL.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- §1. Para fins do TERMO DE COOPERAÇÃO, consideram-se Dados Pessoais quaisquer informações que permitam a identificação exata e precisa de uma determinada pessoa.
- §2. Para fins da legislação aplicável e para fins da gestão dos Dados Pessoais, a CPFL será considerada a controladora e a COOPERADA será considerado o processador em relação aos Dados Pessoais processados pela COOPERADA por conta da CPFL na prestação de serviços.
- §3. A CPFL será a única responsável por determinar as finalidades e o modo em que os Dados Pessoais poderão ser processados sob o TERMO DE COOPERAÇÃO.
- §4. A COOPERADA deverá cooperar com a CPFL e fornecer assistência que possa ser solicitada pela CPFL em relação a quaisquer reclamações feitas por titulares dos Dados Pessoais, ou solicitações ou questionamentos feitos por qualquer autoridade competente.
- §5. Em qualquer hipótese em que a COOPERADA processe Dados Pessoais por conta da CPFL, a COOPERADA deverá, em relação a tais DADOS PESSOAIS.
- §6. (i) agir somente de acordo com as instruções da CPFL e cumprir prontamente com toda e qualquer instrução ou solicitação da CPFL a qualquer tempo;
- §7. (ii) abster-se de processar os Dados Pessoais para qualquer outra finalidade que não a prestação dos serviços para a CPFL e somente na medida do necessário para tanto;
- §8. (iii) não revelar ou divulgar os Dados Pessoais a qualquer empregado, subcontratado ou empresa afiliada da COOPERADA ou qualquer terceiro, exceto mediante consentimento prévio e por escrito da CPFL ou conforme possa ser exigido pela legislação aplicável;
- §9. (iv) implementar todas as medidas técnicas e organizações necessárias ou apropriadas para proteger a segurança e sigilo dos Dados Pessoais processados pela COOPERADA na prestação dos serviços e para

Minuta pré-validada – Jurídico CPFL – Prazo de Validade da Minuta: (14/04/2020) a (14/04/2021)

DocuSign Envelope ID: 9A4E6E6F-A1DD-44DE-885E-D30D21C14AE0

- §2. A COOPERADA se obriga, sempre que solicitado pela CPFL ou Tribunal de Contas, a prestar conta dos recursos ora repassados, através do presente TERMO DE COOPERAÇÃO;
- §3. Em casos de cisão, fusão e/ou incorporação por quaisquer das PARTES, este instrumento e todos os direitos e obrigações a ele relacionados serão objeto de sucessão automática nos termos da lei, passando a responder a sociedade sucessora de forma plena e integral pelo TERMO DE COOPERAÇÃO, de acordo com a operação realizada;
- §4. A COOPERADA declara, expressamente, por ocasião da assinatura do Contrato, ser pessoa jurídica autônoma e comercialmente independente da CPFL, e que todos os profissionais utilizados na execução dos serviços, ora contratados, são seus empregados, representantes ou subcontratados. Deste modo, será de exclusiva responsabilidade da COOPERADA, o pagamento de todas e quaisquer obrigações trabalhistas, fiscais e/ou previdenciárias, de qualquer modo relacionadas ao Contrato ou ao PROJETO.
- §5. Todos os dados, tecnologias, informações técnicas e comerciais, programas de computador, procedimentos e rotinas, registrados ou não, pertencentes às partes, desde antes da data da assinatura deste TERMO DE COOPERAÇÃO, e que forem reveladas a quaisquer das partes, somente para subsidiar a execução do projeto, continuarão pertencendo ao detentor da informação.
- §6. O PROJETO não derivará para a COOPERADA qualquer direito de propriedade intelectual e/ou participação nos resultados da exploração das criações dele resultantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO

- §1. Convencionam as PARTES que, sempre que houver a divulgação na mídia impressa, falada e televisiva através de releases, do apoio recebido, a COOPERADA deverá indicar o PROJETO como integrante do Programa de Eficiência Energética executado pela CPFL, regulamentado pela AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA ANEEL;
- §2. Ao seu exclusivo critério, a CPFL se reserva o direito de divulgar, a qualquer tempo, o PROJETO, objeto do presente TERMO DE COOPERAÇÃO, bem como os seus resultados, sem a necessidade de comunicação prévia, ou de solicitação de autorização da COOPERADA;
- §3. A COOPERADA deverá validar previamente, mediante anuência expressa da CPFL, toda e qualquer divulgação ou marketing que venha a fazer referência ao PROJETO devendo constar no material de divulgação, em

Minuta pré-validada – Jurídico CPFL – Prazo de Validade da Minuta: (14/04/2020) a (14/04/2021)

DocuSign Envelope ID: 9A4E6E6F-A1DD-44DE-885E-D30D21C14AE0

- proteger os Dados Pessoais de qualquer destruição ou perda acidental ou ilegal, alteração, divulgação, acesso ou processamento não autorizados; e
- §10. (v) notificar a CPFL de qualquer solicitação feita por qualquer titular de Dados Pessoais devido ao acesso dos Dados Pessoais processados pela COOPERADA por conta e ordem da CPFL e, caso solicitado pela CPFL, permitir que a CPFL responda a referida solicitação, cooperando e prestando toda assistência à CPFL para tanto. Caso a CPFL opte expressamente por não responder diretamente a solicitação, a COOPERADA atenderá à solicitação diretamente, na medida do exigido pela legislação aplicável.
- §11. Qualquer processamento de Dados Pessoais pela COOPERADA sob o TERMO DE COOPERAÇÃO no exterior, e qualquer subcontratação para o processamento de tais Dados Pessoais, exigirá a aprovação prévia e por escrito da CPFL.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ÉTICA EMPRESARIAL E DAS PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

- §1. A COOPERADA declara que conhece e observa todas as leis, regras, regulamentos, acordos e convenções anticorrupção aplicáveis às suas atividades empresariais, em qualquer jurisdição que atue.
- §2. A COOPERADA, por si e/ou seus representantes e/ou procuradores, declara, ainda, que:
 - (i) não possui autorização da CPFL para cometer ato lesivo à administração pública, mediante interpostas pessoas.
 - (ii) não cometeu e não cometerá qualquer ato lesivo à administração pública, nos termos do Art. 5º, da Lei 12.846/13.
 - (iii) abster-se-á da prática de qualquer conduta indevida, irregular ou ilegal, e que não tomará qualquer ação, em nome da CPFL e/ou que não realizará qualquer ato que venha a favorecer, de forma direta ou indireta, a CPFL ou qualquer uma das empresas controladas pela CPFL Energia S.A., incluindo a holding, contrariando as legislações aplicáveis no Brasil ou no exterior.
 - (iv) o TERMO DE COOPERAÇÃO não constitui procuração ou mandato, de forma que nenhum de seus representantes, procuradores e/ou de suas subcontratadas estão autorizados a atuar em nome da CPFL.
- §3. Caso a COOPERADA transgrida esta cláusula, praticando atos contrários à legislação anticorrupção, a CPFL poderá resolver o TERMO DE

COOPERAÇÃO, sem prejuízo da COOPERADA responder pelas perdas e danos eventualmente causados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA:

- §1. A COOPERADA declara, expressamente, por ocasião da assinatura do TERMO DE COOPERAÇÃO, ser comercialmente independente da CPFL e que todas as pessoas utilizadas na execução dos trabalhos, necessários para o objeto do TERMO DE COOPERAÇÃO, são seus empregados. Deste modo, será de exclusiva responsabilidade da COOPERADA o pagamento dos salários, encargos trabalhistas, previdenciários e relacionados à prevenção de acidentes do trabalho de seus funcionários, subcontratados e representantes.
- §2. Em nenhuma hipótese, o **TERMO DE COOPERAÇÃO** caracterizará qualquer vínculo empregatício entre os empregados, representantes ou subcontratados da **COOPERADA** e a **CPFL** ou entre a **CPFL** e a **COOPERADA**.
- §3. A COOPERADA será a única e exclusiva responsável por quaisquer reclamações e/ou ações promovidas por seus empregados, representantes ou subcontratados, devendo manter a CPFL isenta de toda e qualquer responsabilidade relativa e/ou decorrente de tais reclamações e/ou ações. Nada obstante, havendo qualquer reclamação de natureza trabalhista em desfavor da CPFL, a qualquer tempo, envolvendo empregado, ex-empregado, subcontratado e/ou representante da COOPERADA, a COOPERADA, desde já, concorda e se compromete a comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua condição de única e exclusiva empregadora/responsável, bem como a fornecer à CPFL toda e qualquer informação e documentação por esta solicitada, para garantir a adequada e ampla defesa da CPFL em juízo.
- §4. Sem prejuízo do acima estabelecido, na hipótese de a CPFL, por qualquer razão, vir a ser responsabilizada por quaisquer obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias ou securitárias decorrentes e/ou relativas a qualquer relação entre a COOPERADA e os seus empregados, subcontratados e/ou representantes, a COOPERADA deverá ressarcir integralmente a CPFL, por todas e quaisquer despesas, inclusive honorários advocatícios e custas judiciais, decorrentes de tais reclamações e/ou ações.
- §5. A CPFL não será prejudicada por eventual ação judicial de responsabilidade da COOPERADA, podendo reter e utilizar os créditos decorrentes do TERMO DE COOPERAÇÃO, para pagamentos de

Minuta pré-validada – Jurídico CPFL – Prazo de Validade da Minuta: (14/04/2020) a (14/04/2021)

DocuSign Envelope ID: 9A4E6E6F-A1DD-44DE-885E-D30D21C14AE0

condenação, custas, honorários periciais e advocatícios, inclusive acordos realizados pela própria CPFL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PROPRIEDADE INTELECTUAL

- §1. A obra intelectual originária de software, projeto e/ou desenho industrial preexistente ("obra intelectual"), independentemente de ter sido efetuado o registro da propriedade intelectual, pertencerá a cada uma das PARTES que originalmente a criou, resguardada pelas regras atinentes à proteção legal de direitos autorais. Na hipótese de quaisquer das PARTES precisar utilizar-se desta obra para o regular cumprimento do TERMO DE COOPERAÇÃO, a Parte Titular dos direitos os cederá à outra Parte de forma gratuita, não exclusiva, intransferível, não passível de cessão e limitada ao período em que o TERMO DE COOPERAÇÃO estiver vigente. Cedida à obra intelectual, a Parte Cessionária deverá respeitar as limitações impostas por este TERMO DE COOPERAÇÃO, ficando proibida de, sob qualquer forma, modificar a obra originária ou criar obras derivadas, por si ou através de terceiros.
- §2. Na hipótese de quaisquer obras intelectuais serem desenvolvidas ou elaboradas pela COOPERADA, durante e em função da execução do objeto do TERMO DE COOPERAÇÃO, as PARTES acordam que os direitos relativos a este produto de trabalho, caracterizado aqui pela obra intelectual derivada ou criada, pertencerá única e exclusivamente à CPFL.
- §3. Eventuais direitos sobre patentes, inovações técnicas, "Know-How", programa de computador, desenhos industriais, registros de marcas de produto, de serviço, coletivas ou de certificação, direitos de imagem, e demais direitos de propriedade intelectual "Sui generis", gerados como decorrência da execução do CONTRATO, serão de propriedade única e exclusiva da CPFL.
- §4. A CPFL e a COOPERADA outorgam somente as licenças e direitos especificados neste TERMO DE COOPERAÇÃO. Nenhuma outra licença ou direito (inclusive licenças ou direitos sobre patentes) são outorgados, seja por qual motivo for.
- §5. As PARTES concordam em reproduzir avisos sobre direitos autorais e qualquer outra informação sobre titularidade tanto no original como em quaisquer cópias feitas sob as licenças outorgadas nesta Cláusula.
- §6. Os valores a serem pagos pela CPFL a COOPERADA, em razão da execução do TERMO DE COOPERAÇÃO, já incluem toda e qualquer remuneração devida a título de royalties, direitos autorais e outros eventuais direitos relativos à tecnologia envolvida em sua execução.

Minuta pré-validada – Jurídico CPFL – Prazo de Validade da Minuta: (14/04/2020) a (14/04/2021)

DocuSign Envelope ID: 9A4E6E6F-A1DD-44DE-885E-D30D21C14AE0

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

§1. As PARTES elegem o foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, como competente para dirimir as questões decorrentes da execução deste TERMO DE COOPERAÇÃO, em detrimento de outro por mais privilegiado que seja;

E, por estarem de acordo, firmam o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** em 02 (duas) vias, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo indicadas.

Campinas. 11 de dezembro de 2020.



Nome: Felipe Henrique Zaia CPF: 332.136.728-90 Nome: Marcelo da Silva G. Oliveira CPF: 296.378.698-08

CPFL



Nome: Barjas Negri CPF: 611.264.978-00

COOPERADA

Bruna Malospirito
819F87D33E3D43A

Renato Alves de Oliveira

Nome: Bruna Malospírito Villens CPF: 472.710.848-86 Nome: Renato Alves de Oliveira

CPF: 249.844.899-46

Minuta pré-validada – Jurídico CPFL – Prazo de Validade da Minuta: (14/04/2020) a (14/04/2021)

TESTEMUNHAS





SECRETARIA MUNICIPAL DE

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 364/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2020 PROCESSO Nº 157.100/2019 VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento parcelado de caixa de concreto armado

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
01	08	pç	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADO para uso em galeria de águas pluviais com 2 furos paralelos para tubo ø 600 mm. Medidas: 1,00 x 1,00 x 1,20 x 0,10 m	R\$ 852,00	R\$ 6.816,00
02	04	pç	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADO para uso em galeria de águas pluviais com 3 furos para tubo ø 600 mm. Medidas: 1,00 x 1,00 x 1,20 x 0,10 m	R\$ 870,00	R\$ 3.480,00
03	06	pç	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADO para uso em galeria de águas pluviais com 2 furos paralelos para tubo ø 800 mm. Medidas: 1,20 x 1,20 x 1,50 x 0,10 m	R\$ 1.300,00	R\$ 7.800,00
04	02	pç	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADO para uso em galeria de águas pluviais com 3 furos para tubo ø 800 mm. Medidas: 1,20 x 1,20 x 1,50 x 0,10 m	R\$ 1.300,00	R\$ 2.600,00

Itens 01 ao 04 - Silvana Medici - ME.

Piracicaba, 23 de fevereiro de 2021.

Nancy Ferruzzi Thame Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 401/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 191/2020 PROCESSO Nº 45.667/2020 VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento parcelado de tubo de concreto. COTA PRINCIPAL

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
01	338	Peça	TUBO DE CONCRETO ARMADO, de seção circular, para águas pluviais, conforme especificação na norma brasileira ABNT NBR 8890/2008, com ponta e bolsa. Classe PA-2, Ø 800 mm com 1500 mm de comprimento.	R\$ 217,00	R\$ 73.346,00

COTA RESERVADA

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
02	112	Peça	TUBO DE CONCRETO ARMADO, de seção circular, para águas pluviais, conforme especificação na norma brasileira ABNT NBR 8890/2008, com ponta e bolsa. Classe PA-2, Ø 800 mm com 1500 mm de comprimento.		R\$ 24.304,00

Itens 01 e 02 – Valdir José Ceregato ME.

Piracicaba, 23 de fevereiro de 2021.

tNancy Ferruzzi Thame Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 427/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2020 PROCESSO Nº 8.589/2020 VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento parcelado de dolomita (lajão britado). COTA PRINCIPAL

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total		
01	45.000	ton	Fornecimento parcelado de dolomita frag- mentada (lajão britado), com granulometria bica corrida, de britador regulado com 2.0 polegadas de abertura de mandíbulas	R\$ 14,40	R\$ 648.000,00		
Item 01	Item 01 - M&G Mineração de Calcário LTDA.						

Piracicaba, 23 de fevereiro de 2021.

Nancy Ferruzzi Thame Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № 428/2020 PREGÃO ELETRÔNICO № 149/2020 PROCESSO № 8.589/2020 VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento parcelado de dolomita (lajão britado). COTA RESERVADA

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
02	15.000	ton	Fornecimento parcelado de dolomita frag- mentada (lajão britado), com granulometria bica corrida, de britador regulado com 2.0 polegadas de abertura de mandíbulas	R\$ 15,57	R\$ 233.550,00

Item 02 - Elisangela de Fátima Azanha - EPP

Piracicaba. 23 de fevereiro de 2021.

Nancy Ferruzzi Thame Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA MUNICIPAL DE **DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

Piracicaba, 23 de fevereiro de 2021.

Correspondências via AR Devolvidas:
Potequio & Cia Bar e Lanchonete Ltda ME – Notificação Preliminar 46677;
Lucas Ferreira Barbosa – Notificação Preliminar 47145;
Imobiliária Petrocelli S/C Ltda – Notificação Preliminar 46929;
João Roberto Rodrigues Neves – Notificação Preliminar 47135;
Zilvio Barbosa Limeira – Notificação Preliminar 47112;
Marcio Rogério Didone – Notificação Preliminar 47144;
Maria de Jesus Pereira – Auto de Infração 100524;
Alcino Henrique Muzzi Santos – Auto de Infração 100741;
Sergio Francisco Alleoni – Auto de Infração 100740;
Samyle Ferreira de Souza – Auto de Infração 100918;
Flavio Amancio Cunha – Auto de Infração 100913.

JOSÉ ANTONIO MENDES DE MATOS Subinspetor da Guarda Civil do Município de Piracicaba Encarregado do Pelotão Ambiental

TÉCNº.AMB. REINALDO RABELO FILHO Chefe da Divisão de Controle e Fiscalização Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente

SECRETARIA MUNICIPAL DA **AÇÃO CULTURAL E TURISMO**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 558/2020

Objeto: Aquisição de computador, peças e periféricos.

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima descrito, a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

ITEM		VALOR UNITÁRIO DO ITEM
1	O Company of the comp	7.090,00
2	Center Copy Importação e Comercio de Mat. Para Segurança Ltda	
3	Center Copy Importação e Comercio de Mat. Para Segurança Ltda	187,66
4	fracassado	
5	fracassado	
6	fracassado	
7	Center Copy Importação e Comercio de Mat. Para Segurança Ltda	260,00
8	Silver distribuição e Com. De Mat. Para Segurança Ltda	132,00
9	fracassado	
10	DKSA Comercial Ltda	37,90
11	Center Copy Importação e Comercio de Mat. Para Segurança Ltda	10,00
12	Silver distribuição e Com. De Mat. Para Segurança Ltda	390,00
13		1.599,00
14	Center Copy Importação e Comercio de Mat. Para Segurança Ltda	
15	Center Copy Importação e Comercio de Mat. Para Segurança Ltda	159,00
16	F3 Tecnologia & Informática Ltda	285,00
17	DKSA Comercial Ltda	27,55

Piracicaba, 19 de fevereiro de 2021

ADOLPHO CARLOS FRANÇOSO QUEIROZ Secretário Municipal de Ação Cultural e Turismo



SECRETARIA MUNICIPAL **DE ADMINISTRAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2021

OBJETO: Aquisição equipamentos de informática e licença de Pacote Office

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10/03/2021, às 08h. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 10/03/2021, às 9h.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico http:/ www.licitapira.piracicaba.sp.gov.br. Fone (19) 3403-1020.

Piracicaba, 23 de fevereiro de 2021.

Maíra Martins de Oliveira Pessini Chefe da Divisão de Compras

NOTIFICAÇÃO

A empresa: C. H. LAZZARI ME., qualificada nos autos do Processo 54.505/2020 - Pregão Eletrônico de n°. 204/2020, fica NOTIFICA-DA da instauração de Procedimentos Administrativos para apurar infração contratual pela inexecução parcial do objeto.

Contudo, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para, querendo, apresntar sua defesa.

Piracicaba, 23 de fevereiro de 2021.

Secretaria Municipal de Administração

Republicado por ter saído com incorreções no Diário Oficial de 18 de fevereiro de 2021:

Onde se lê:

NOTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Piracicaba NOTIFICA que, para o Concurso Público do Processo Seletivo Edital nº EM01/2019, no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - EMERGENCIAL COVID, em regime CLT, o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) desclassificado(s) pelo seguinte motivo: Não tem interesse - (para o concurso público do Edital EM01/2019, no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - EMERGENCIAL COVID, em regime CLT, o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) foram desclassificados por não ter comparecido no dia e horário estipulado, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO NOME

260°	G	SILVANAAPARECIDA FRANCISCO PINHEIRO
261°	G	MARCIA REGINA DOS SANTOS
57°	Α	ANA PAULA DE SOUZA FREITAS
262°	G	MAYARA GABRIELE MARIANO
58°	Α	MICHELE PEREIRA ROSSINI TOT PINTO
59°	Α	CRISTIANE CARDOSO DE SOUZA

Piracicaba, Terça-feira, 17 de Fevereiro de 2021

DORIVAL JOSE MAISTRO Secretário Municipal de Administração

Leia-sê:

NOTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Piracicaba NOTIFICA que, para o Concurso Público do Processo Seletivo Edital nº EM01/2019, no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - EMERGENCIAL COVID, em regime CLT, o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) desclassificado(s) pelo seguinte motivo: Não tem interesse - (para o concurso público do Edital EM01/2019, no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - EMERGENCIAL COVID, em regime CLT, o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) foram desclassificados por não ter comparecido no dia e horário estipulado, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO NOME

260°	G	SILVANA APARECIDA FRANCISCO PINHEIRO
261°	G	MARCIA REGINA DOS SANTOS
57°	Α	ANA PAULA DE SOUZA FREITAS
265°	G	MAYARA SOUZA DE CARVALHO SILVA
58°	Α	MICHELE PEREIRA ROSSINI TOT PINTO
59°	Α	CRISTIANE CARDOSO DE SOUZA

Piracicaba, Terça-feira, 23 de Fevereiro de 2021

DORIVAL JOSE MAISTRO Secretário Municipal de Administração

EXPEDIENTE DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIAS ASSINADAS - Luciano Santos Tavares de Almeida, Prefeito do Município de Piracicaba, assinou as seguintes Portarias:

NOMEANDO com fundamento no artigo 13, inciso I, da Lei Municipal nº 1972/72 e em razão de aprovação em Concurso Público, o(a) Sr.(a). JUAN ANDRES DE DOMINI, RG 295485693, para exercer o cargo efetivo de AGENTE DE ZOONOSE, referência 07-A, sujeito a estágio probatório, cargo criado pela(s) Lei(s) Municipal(is) nº 4064/1996 e 9175/2019, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

NOMEANDO com fundamento no artigo 13, inciso I, da Lei Municipal nº 1972/72 e em razão de aprovação em Concurso Público, o(a) Sr.(a). MAYRA DE MATTOS, RG 347831229, para exercer o cargo efetivo de ESCRITURARIO, referência 07-A, sujeito a estágio probatório, cargo criado pela(s) Lei(s) Municipal(is) nº 2934/1988 e 3958/1995, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

NOMEANDO com fundamento no artigo 13, inciso I, da Lei Municipal nº 1972/72 e em razão de aprovação em Concurso Público, o(a) Sr.(a). MELISSA MONTEIRO LIMA, RG 484394551, para exercer o cargo efetivo de ESCRITURARIO, referência 07-A, sujeito a estágio probatório, cargo criado pela(s) Lei(s) Municipal(is) nº 2934/1988 e 3958/1995, junto à SECRETARIA MUNICIPAL TRÂNSITO E TRANSPORTES PÚBLICOS.

NOMEANDO com fundamento no artigo 13, inciso I, da Lei Municipal nº 1972/72 e em razão de aprovação em Concurso Público, o(a) Sr.(a). VALERIA MAGALHAES DA SILVA, RG 413681361, para exercer o cargo efetivo de ESCRITURARIO, referência 07-A, sujeito a estágio probatório, cargo criado pela(s) Lei(s) Municipal(is) nº 2934/1988 e 3958/1995, junto à SECRETARIA MUNICIPAL TRÂNSITO E TRANSPORTES PÚBLICOS.

SECRETARIA MUNICIPAL **DE EDUCAÇÃO**

CHAMADA PÚBLICA 03/2020 Processo 121.438/2020

A Secretaria Municipal de Educação torna público o resultado da Chamada Pública nº 03/2020, que tem por objeto a aquisição de Hortifrutis orgânicos do Empreendedor Familiar Rural, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar / PNAE, conforme Lei nº 11.947, de 16/07/2009, Resolução nº 06 do FNDE. De 08 de maio de 2020.

PARTICIPANTE:

1. COOPERATIVA DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO HORTO VERGEL – COOPERVEL - CNPJ – 19.781.240/0001-07 Desclassificada por descumprimento do item 6.c do Edital – não apresentou certificado de que os produtos são classificados como orgânicos. Ficando fracassada a Chamada Pública. Publique-se.

Piracicaba, 05 de janeiro de 2021.

Secretário Municipal de Educação João Marcos Thomaziello

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 280/2020 PROCESSO Nº 71.730/2020 VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de material escolar.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
17	100	Frasco	Tinta para almofada de carimbo	R\$ 1,44	R\$ 144,00
19	1.000	Сх	Visor e etiqueta para pasta suspensa	R\$ 4,33	R\$ 4.330,00

Itens 17 e 19 – Canaã Distribuidora e Comércio de Produtos e Acessórios Eireli

Torna-se sem efeito a Ata de Registro de Preços nº 63/2021, publicada no Diário Oficial do Município do dia 09 de fevereiro de 2021:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № 63/2021 PREGÃO ELETRÔNICO № 460/2020 PROCESSO № 121.504/2020 VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios (Macarrão).

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
06	5500	Kg	Macarrão tipo parafuso sem ovos	R\$ 4,82	R\$ 26.510,00

Item 06. - Specialatto Comércio de Alimentos Eireli – EPP

 $Torna-se \ sem \ efeito \ a \ Ata \ de \ Registro \ de \ Preços \ n^o \ 62/2021, \ publicada \ no \ Diário \ Oficial \ do \ Município \ do \ dia \ 12 \ de \ fevereiro \ de \ 2021:$

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 460/2020 PROCESSO Nº 121.504/2020 VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios (Macarrão).

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
01	970	Kg	Macarrão tipo alfabeto sem ovos	R\$ 4,70	R\$ 4.559,00
02	2700	Kg	Macarrão tipo argola sem ovos	R\$ 4,10	R\$ 11.070,00
03	2250	Kg	Macarrão tipo Ave Maria	R\$ 4,16	R\$ 9.360,00
04	1150	Kg	Macarrão tipo cabelo de anjo	R\$ 4,97	R\$ 5.715,50
05	7800	Kg	Macarrão tipo gravata	R\$ 4,97	R\$ 38.766,00

Itens 01, 02, 03, 04 e 05.- Nutricionale Comércio De Alimentos Ltda



SECRETARIA MUNICIPAL

DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 407/2020 PROCESSO Nº 114.062/2020

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de medicamentos para atender mandado judicial.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
04	1.500	СОМ	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG, comprimido revestido.	R\$ 0,60	R\$ 900,00
11	270	СОМ	COMPLEXO VITAMINICO, luteína, zea- xantina, vitaminas E e C e minerais, com- primido. (NEOVIT LUTEIN)	R\$ 3,56	R\$ 961,20
12	270	СОМ	COMPLEXO VITAMINICO, luteína da flor da calêndula e zeaxantina (sintética) com vitaminas e minerais, comprimido. (VITA- LUX PLUS OMEGA 3)	R\$ 5,01	R\$ 1.352,70
20	480	CAP	POLIVITAMÍNICO E POLIMINERAL, frasco com 30 cápsulas. (CENTRUM)	R\$ 1,72	R\$ 825,60
28	1.000	COM	VARFARINA SÓDICA 5MG.	R\$ 0,20	R\$ 200,00

Itens 04, 11, 12, 20 e 28 – L.A. dos Santos Distribuidora de Medicamentos.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 525/2020 PROCESSO Nº 134.201/2020

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de material hospitalar ou ambulatorial.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
03	1.600	Uni	BANDAGEM TRIANGULAR: em TNT ou algodão cru, livre de goma, com boa flexibilidade, permitindo firmeza nos nós de fixação; medindo mínimo de 1,42 x 1 x 1 m; com boa flexibilidade apresentada em embalagem individual.	R\$ 6,47	R\$ 10.352,00

Item 03 - Newcare Comércio de Materiais Cirúrgicos e Hospitalares Ltda.

Cerest Piracicaba

Despacho da Diretora: Prot. nº 28554/2021 Robson de Campos Espetinhos Av. Doutor Paulo de Moraes. 1471 Atividade: Lanchonete, casa de chá, de sucos e similares Auto de Infração nº 1105 Série AH Expedido em 20/02/2021 Termo de Interdição nº 1939 Série AG Expedido em 13/02/2021 Termo de Interdição nº 1941 Série AG

Despacho da Diretora: Prot. nº 28804/2021

Expedido em 13/02/2021

APN Comércio de Alimentos, treinamento e promoção em vendas Eireli

Rua: José Pinto de Almeida, 395, Bairro: Alto

Atividade: Comércio varejista de mercadorias em geral, minimercado

Auto de Infração nº 1107 Série AH

Expedido em 23/02/2021

Termo de Interdição nº 1972 Série AG

Expedido em 20/02/2021

A Prefeitura Municipal de Piracicaba vem por meio deste, notificar a empresa G. F. Mendes Refrigeração ME, de que foi emitida guia para pagamento de multa no valor de R\$ 512,50 (quinhentos e doze reais e cinquenta centavos), referente a aplicação de penalidade apurada em Processo Administrativo por descumprimento contratual, do Processo 147.062/18, Pregão Presencial 242/18, com vencimento em 26/02/2021.

Piracicaba, 18 de janeiro de 2021.

Dr. Filemon de Lima Silvano Secretário Municipal de Saúde

A Prefeitura Municipal de Piracicaba vem por meio deste, notificar a empresa TK Serviços e Peças Automotivas Eireli EPP, de que foi arquivado o presente procedimento, referente ao Pregão Presencial 312/16.

Piracicaba, 19 de fevereiro de 2021.

Dr. Filemon de Lima Silvano Secretário Municipal de Saúde

A Prefeitura Municipal de Piracicaba vem por meio deste, notificar a empresa Lumiar Health Builders Equipamentos Hospitalares Ltda, de que foi arquivado o presente procedimento, referente ao Pregão Eletrônico 270/16.

> Piracicaba, 19 de fevereiro de 2021. Dr. Filemon de Lima Silvano Secretário Municipal de Saúde











Anhangi ?ra





#SinalAbertoPraVida sinalabertopravida.com.br



CONVOCAÇÃO PARA A MATRÍCULA - 2ª CHAMADA

A Secretaria Municipal de Saúde de Piracicaba torna pública a CONVOCAÇÃO PARA A MATRÍCULA para o Programa de Residência Médica - Edital nº 01/2021, conforme a seguir.

Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para a matrícula no Programa de Residência Médica nº 01/2021, que será efetuada na Secretaria Municipal de Saúde de Piracicaba, situada na Rua Antonio Corrêa Barbosa, 2.233, 8º andar 🗆 Chácara Nazareth – Piracicaba/SP, das 09h às 15h dos dias 25 e 26 de fevereiro de 2021.

O candidato convocado a partir da segunda chamada que não comparecer na instituição ofertante do Programa de Residência Médica no prazo acima descrito, após a publicação em diário oficial, será considerado desistente e automaticamente eliminado do Processo Seletivo, sendo convocado o próximo candidato da lista classificatória até a data determinada pela CNRM/MEC.

Parágrafo Único. Os convocados deverão comparecer munidos dos documentos elencados no item 10 do edital de abertura.

RELAÇÃO DE CONVOCADOS PARA A MATRÍCULA

ESPECIALIDADE CIRURGIA GERAL									
ORDEM	INSC	NOME DO CANDIDATO	RG	DATA NASCIMENTO	NP	ANULAÇÃO	PROVAB	TOTAL	SITUAÇÃO
2	2021106	Gustavo de Souza Ferreira Miravete Fernandes	487801210	03/12/1992	30	5	0	35	CONVOCADO
ESPECIALIDADE CLÍNICA MÉDICA		ÍNICA MÉDICA							
ORDEM	INSC	NOME DO CANDIDATO	RG	DATA NASCIMENTO	NP	ANULAÇÃO	PROVAB	TOTAL	SITUAÇÃO
3	2021081	Claudinei Sousa Silva	498551969	07/11/1986	32	5	0	37	CONVOCADO
ESPECIALIDADE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA									
ORDEM	INSC	NOME DO CANDIDATO	RG	DATA NASCIMENTO	NP	ANULAÇÃO	PROVAB	TOTAL	SITUAÇÃO
5	2021083	Mariana Asteria Fernandes Quintana	395614612	12/03/1996	32	5	0	37	CONVOCADO
ESPECIA	ESPECIALIDADE PEDIATRIA								
ORDEM	INSC	NOME DO CANDIDATO	RG	DATA NASCIMENTO	NP	ANULAÇÃO	PROVAB	TOTAL	SITUAÇÃO
5	2021140	Ana Maria Soto Quinones	179679	24/04/1988	28	5	0	33	CONVOCADO

Piracicaba 24 de fevereiro de 2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

DIVISÃO DE CADASTRO TÉCNICO Secretaria Municipal de Finanças

Protocolo: 184.808/2018

Proprietário: Clarice Aparecida Biazon Zamboni

Assunto: Cadastramento de Área

COMUNICADO - 2 via

Tendo por fim promover a atualização cadastral do imóvel de Matrículas 23.527 do 2°CRI, com base nos artigos 133 a 136 da Lei Complementar 224/2008, que disciplinam o Sistema tributário

Art. 133 O contribuinte é obrigado a promover a inscrição em formulário especial fornecido pela Prefeitura, sob sua responsabilidade, sem prejuízo de outras informações que poderão ser exigidas pela Prefeitura, declarando:

- I seu nome, qualificação e domicílio fiscal;
- II número anterior, no Registro de Imóveis, do registro do título relativo ao terreno:
- III localização, dimensões, área e confrontações do terreno; IV - uso a que efetivamente está sendo destinado o terreno;
- V informações sobre o tipo de construção, se existir;
- VI indicações da natureza do título aquisitivo da propriedade ou do domínio útil e do número de seu registro no Registro de Imóveis competente:
- VII valor constante do título aquisitivo;
- VIII tratando-se de posse, indicação do título que a justifica, se existir. e o valor atribuído à mesma: e
- IX endereço para entrega de avisos de lançamentos e notifica-
- Art. 134 O contribuinte é obrigado a promover sua inscrição dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da:
- I convocação eventualmente feita pela Prefeitura;
- II demolição ou perecimento das edificações ou construções existentes no terreno:
- III aquisição ou promessa de compra de terreno; ou
- IV aquisição ou promessa de compra de parte de terreno, não construída, desmembrada ou ideal;
- Art. 135 Os responsáveis pelo parcelamento do solo ficam obrigados a fornecer, até o mês de outubro de cada ano, ao Cadastro Fiscal Imobiliário, relação dos lotes que, no ano anterior, tenham

sido alienados definitivamente, ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o nome do comprador e o endereco do mesmo, o número de quadra, o lote, e o valor da transação, a fim de ser feita a devida anotação no Cadastro Fiscal Imobiliário. Art. 136 O contribuinte omisso será inscrito, de ofício, no Cadastro Fiscal Imobiliário, observado o disposto no inciso I, do artigo 150. Parágrafo único. Equipara-se ao contribuinte omisso o que apresentar formulário de inscrição com informações falsas, erradas ou omitidas dolosamente.

Diante do exposto, solicita-se a apresentação da documentação: Planta de localização da matrícula supracitada, feito por profissional habilitado, com recolhimento de respectiva ART;

Matrícula 23.527, do 2°CRI, atualizada;

Cópia de documento de identificação do proprietário (RG/CPF); Para imóveis de Matrículas que estão contidos dentro do Perímetro Urbano Municipal, apresentar Planta Cadastral, demonstrando o posicionamento do imóvel, com as medidas perimetrais e área superficial e construções existentes no imóvel:

Para imóveis de Matrículas que estão fora do Perímetro Urbano Municipal, encaminhar Croqui de identificação e localização do imóvel, contendo situação em relação ao polígono de Perímetro Urbano Municipal vigente.

Os documentos acima relacionados deverão ser apresentados na Divisão de Cadastro Técnico, no 3º andar do Centro Cívico, rua Antônio Corrêa Barbosa, nº 2233. No caso de dúvidas, entrar em contato com a Divisão de Cadastro Técnico através do telefone 3403-1193.

Piracicaba, 19 de Fevereiro de 2021.

DIVISÃO DE CADASTRO TÉCNICO Secretaria Municipal de Finanças

Protocolo nº 22102/2021 Interessado:- OSVALDO JOSÉ FEBRETTI Assunto: Certidão de Histórico de Imóvel

COMUNICADO

O presente comunicado visa atender a solicitação de Histórico de Imóvel do imóvel da Matrícula 19 473 do 1°CRL

Em análise ao citado Registro Imobiliário, surgiram inconsistências quanto à descrição do polígono do referido Lote. Verifica-se ainda que, no citado Registro Imobiliário, não foi informada a área territorial do lote em decorrência das descrições deste.

Diante ao exposto, torna-se necessária apresentação da averbação em Matrícula e/ou Levantamento Planimétrico, informando a área territorial decorrente das descrições de distâncias e confrontações da Matrícula 19.473, do 1°CRI. O referido levantamento deve ser realizado por profissional habilitado e com recolhimento da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. Deverá ser apresentada a documentação referente a esta notifica-

ção dentro do prazo de 30 (trinta) dias, junto à Divisão de Cadastro Técnico da Secretaria Municipal de Finanças, com endereço a Rua Antônio Correa Barbosa, 2233, Bairro Centro, Piracicaba/

Caso não seja apresentada a solicitada documentação no prazo acima estipulado, a atualização cadastral poderá proceder por Ofício, com base nos artigos 132 a 136 da Lei Complementar Municipal nº 224, de 13 de Novembro de 2008.

Piracicaba, 19 de Fevereiro de 2021.

DIVISÃO DE CADASTRO TÉCNICO Secretaria Municipal de Finanças

Protocolo nº 22170/2021

Interessado:- MARCEL DEGASPARI HENRIQUE DE TOLEDO Assunto: Revisão de Lançamento

COMUNICADO

O presente comunicado visa atender a solicitação de Certidão de Histórico do imóvel da Matrícula 25.289 do 1°CRI

Em análise ao requerido, foi observada a necessidade de atualização ao atual lançamento dos imóveis cadastrados sob o registro supracitado para o seu prosseguimento. Verifica-se que, em tal registro, não foi informada a área territorial do lote em decorrência das descrições deste.

Diante ao exposto, torna-se necessária apresentação da averbação em Matrícula e/ou Levantamento Planimétrico, informando a área territorial decorrente das descrições de distâncias e confrontações da Matrícula 25.289, do 1°CRI. O referido levantamento deve ser realizado por profissional habilitado e com recolhimento a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Deverá ser apresentada a documentação referente a esta notificação dentro do prazo de 30 (trinta) dias, junto à Divisão de Cadastro Técnico da Secretaria Municipal de Finanças, com endereço a Rua Antônio Correa Barbosa, 2233, Bairro Centro, Piracicaba/

Caso não seja apresentada a solicitada documentação no prazo acima estipulado, a atualização cadastral poderá proceder por Ofício, com base nos artigos 132 a 136 da Lei Complementar Municipal nº 224, de 13 de Novembro de 2008.

Piracicaba. 22 de Fevereiro de 2021.



DIVISÃO DE CADASTRO TÉCNICO Secretaria Municipal de Finanças

Protocolo nº: 9510/2021 Interessado: CÉLIA CARDOSO Assunto: UNIFICAÇÃO COMUNICADO

Em atendimento ao Requerimento anexo pelo interessado, referente à Unificação dos Lotes 0105 e 0125 da Quadra 0282 e Setor 47, referente a matrícula n°123.326 – 1°CRI, informamos que, para dar continuidade ao solicitado de verá ser apresentada a seguinte documentação:

Requerimento descrevendo a solicitação, assinado pelo proprietário ou Procurador;

Cópia do CPF e RG do proprietário do imóvel;

OBS: Caso a retirada ou solicitação de documentações não seja feita pelo proprietário do imóvel, deverá ser apresentada Procuração, autorizando pedidos e/ ou retiradas de documentações, anexando cópias dos documentos (CPF e RG) do Procurador. Tais documentos acima relacionados, deverão ser apresentados dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta e/ou a publicação no Diário Municipal do Município, junto a Divisão de Cadastro Técnico da Secretaria Municipal de Finanças, co endereço á Rua Antônio Correa Barbosa, 2233, Bairro Centro, Piracicaba/SP – 3°andar, caso contrário o referente setor providenciará ás medidas cabíveis ao referente Protocolo.

Piracicaba, 22 de Fevereiro de 2021.

DIVISÃO DE CADASTRO TÉCNICO Secretaria Municipal de Finanças

Protocolo nº:- 170422/2.020. Interessado:- EZEQUIEL GUEDES LIMA. Assunto: CADASTRAMENTO DE ÁREA

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL Setor:- 26, Quadra:- 0139, Lote:- 0185.

COMUNICADO- PARECER TÉCNICO

A Divisão de Cadastro Técnico, Setor de Desenho, comunica que analisou a solicitação de CADASTRAMENTO DE ÁREA para o imóvel oriundo de ação de usucapião.

Após parecer jurídico desta prefeitura, com base na documentação anexa ao presente protocolo que instrui a comunicar o Sr. Ezequiel Guedes Lima proprietário de 50% do imóvel objeto da matrícula nº 46.302- 2º Cartório de Registro de Imóveis que após o registro da Usucapião em favor do Sr. José Antonio Simionato Junior, deverá apresentar cópia da matrícula atualizada, para fins de revisão de atualização cadastral.

Salientamos ainda que foi instruído por meio do mesmo parecer jurídico citado que em relação ao lançamento de IPTU da área usucapida sobre a matrícula nº 46.302- 2º Cartório de Registro de Imóveis somente será subtraída a diferença após a apresentação da matrícula registrada em nome do interessado.

Após a publicação neste junto ao Diário Oficial do município, daremos continuidade às atualizações referentes a área usucapida.

Nos colocamos a disposição para eventuais esclarecimentos em caso de dúvidas.

Piracicaba, 22 de fevereiro de 2021.

DIVISÃO DE CADASTRO TÉCNICO Secretaria Municipal de Finanças

Protocolo nº 26545/2021 Interessado:- CECILIA ANTONIA FORMAGIO Assunto: Revisão

COMUNICADO

O presente comunicado visa atender a solicitação de Revisão de Lançamento do imóvel da Matrícula 25.289 do 1°CRI.

Em análise ao citado Registro Imobiliário, surgiram inconsistências quanto à descrição do polígono do referido Lote. Verifica-se ainda que, no citado Registro Imobiliário, não foi informada a área territorial do lote em decorrência das descrições deste.

Diante ao exposto, torna-se necessária apresentação da averbação em Matrícula e/ou Levantamento Planimétrico, informando a área territorial decorrente das descrições de distâncias e confrontações da Matrícula 25.289, do 1°CRI. O referido levantamento deve ser realizado por profissional habilitado e com recolhimento da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Deverá ser apresentada a documentação referente a esta notificação dentro do prazo de 30 (trinta) dias, junto à Divisão de Cadastro Técnico da Secretaria Municipal de Finanças, com endereço a Rua Antônio Correa Barbosa, 2233, Bairro Centro, Piracicaba/SP - 3°andar. Caso não seja apresentada a solicitada documentação no prazo acima estipulado, a atualização cadastral poderá proceder por Ofício, com base nos artigos 132 a 136 da Lei Complementar Municipal nº 224, de 13 de Novembro de 2008.

Piracicaba, 22 de fevereiro de 2021.

DIVISÃO DE CADASTRO TÉCNICO Secretaria Municipal de Finanças

Nome do Contribuinte: Isabel Cristina Barbosa Assunto: Recadastramento Imobiliário

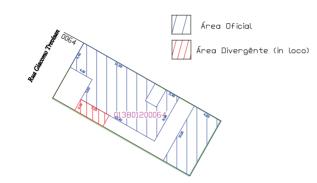
Protocolo: 12794/2021

INSCRIÇÃO CADASTRAL: 01.38.0120.0064.0000

Piracicaba,

COMUNICADO

Prezado contribuinte



A Prefeitura do Município de Piracicaba, através da Divisão de Cadastro Técnico, em análise ao processo de recadastramento (Lei Complementar n° 244, de 13 de novembro de 2008), após revisão solicitada e vistoria 'in loco' realizada em 08/02/2021 no período da tarde, segue para informar quanto às áreas identificadas por fotointerpretação, que serão ajustadas da seguinte forma:

Lote 0064 Sublote: 0000 - Área do Terreno: 250,00 m² | CPD. 1016982

Categoria/Padrão do Imóvel: Terreno

Área Oficial 167,00 m²

Área edificada avaliada in loco (a ser lançada): 177,30 m²
DIFERENÇA de Área SIAT x Área para lançamento 10,30 m²

As alterações foram informadas a Secretária de Tributos Imobiliários e lançadas em caráter tributário, reafirmando que a regularização dá área em acréscimo deverá ser feita junto à Secretária de Obras. O proprietário poderá contestar o presente comunicado dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento deste.

Departamento de Administração Fazendária Divisão de Fiscalização

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 26/2021

Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou Representante legal, da empresa relacionada abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Tributária, para tratar de assuntos relacionados ao levantamento fiscal específico, quitação de débitos de Imposto Sobre Serviços — ISS e outros assuntos pertinentes, relacionados aos Processos Administrativo de Inscrição Municipal nº 148494/2011 e Levantamento Específico No. 64650/2019, para ciência da Notificação Preliminar nº 41952 e Termo de Início da Ação Fiscal nº 12275, de 23/06/2020.

O não comparecimento do presente Edital, implicará no lançamento dos referidos débitos em Divida Ativa, nos termos do Artigo 44, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal). O contribuinte poderá impugnar a presente exigência fiscal, independente de prévio deposito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razoes apresentadas, nos termos do Artigo 446 Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal).

Piracicaba, 19 de fevereiro de 2.021.

CONTRIBUINTE: ALMEIDA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME RUA/AV. PASTEUR, 90-PIRACICABA/SP CEP 13.414-046 - CNPJ 14.590.844/0001-44 - CPD: 623187

Departamento de Administração Fazendária Divisão de Fiscalização

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 27/2021

Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou Representante legal, da empresa relacionada abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Tributária, para tratar de assuntos relacionados ao levantamento fiscal específico, quitação de débitos de Imposto Sobre Serviços – ISS e outros assuntos pertinentes, relacionados aos Processos Administrativo de Inscrição Municipal nº 58973/2020 e Levantamento Específico No. 66211/2020, para ciência da Notificação Preliminar nº 42122 e Termo de Início da Ação Fiscal nº 12442, de 22/02/2021.

O não comparecimento do presente Edital, implicará no lançamento dos referidos débitos em Divida Ativa, nos termos do Artigo 44, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal). O contribuinte poderá impugnar a presente exigência fiscal, independente de prévio deposito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razoes apresentadas, nos termos do Artigo 446 Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal).

Piracicaba, 22 de fevereiro de 2.021.

CONTRIBUINTE: HELP ME TECHEIRELI RUA/AV. INDEPENDÊNCIA, 546, SALA 92 -PIRACICABA/SP CEP 13.419-160 - CNPJ 30.966.443/0001-00 - CPD: 654612

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS COMERCIAIS E SERVIÇOS

Plantão Obrigatório de Farmácias e Drogarias

Nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2021, estarão de Plantão as Farmácias e Drogarias localizadas no Grupo 03, obedecendo, obrigatoriamente, o horário das 8h às 20h, de conformidade com a Lei no. 3.264/90 e Decreto no. 5.354/90.

...

F	FARMÁCIA	ENDEREÇO	FONE
F	Farmavip - Droga Avenida	CENTRO Rua Benjamin Constant, 1.895	3434-6837
ı	Farmácia Bela Vista	SÃO JUDAS Rua Luiz Rodrigues de Moraes, 243	3432-6467
I	Drogaria Itapuã	PAULISTA/PAULICÉIA Rua Gália, 343	3433-8110
	Drogaria Colina Droga Reis	MORUMBI/PIRACICAMIRIM Avenida Antonia P. Sturion, 671 Av Piracicamirim, 2602	3426-0571 3426-0017
[Drogaria São Dimas	SÃO DIMAS Rua Dona Eugênia, 802	3434-7360
1	Oroga Vila Medpira - Droga Santina Orogacir	VILA REZENDE/VILA INDUSTRIAL Avenida Rui Barbosa, 510 Rua Dona Santina, 1.118 Rua Gertrudes B. Moretti, 263	3421-3130 3421-1738 3421-1433
	Farmácia Santa Terezinha Drogaria Moda	SANTA TEREZINHA Travessa Dona Antonia, 53 Rua Corcovado, 1.405 Loja 01	3425-1247 3425-1192

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS COMERCIAIS E SERVIÇOS

Piracicaba. 22 de fevereiro de 2021.

Plantão Noturno de Farmácias e Drogarias

Horário: das 20:00 às 08:00 horas Período: 27/02 a 05/03/2021

PLANTÃO NOTURNO

Farmácia	Endereço	Fone
Farmácia do Povo	Rua Gov. Pedro de Toledo, 926 Centro	3422-4363
Farmácia Droga Raia	Rua Gov. Pedro de Toledo, 980 Centro	3433-8554
Drogal Droga Pires	Rua Gov. Pedro de Toledo, 1064 Centro	3422-3583

Piracicaba, 22 de fevereiro de 2021.



SECRETARIA MUNICIPAL

DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

EXPEDIENTE DO DIA 23/02/2021

Deferido - Restituição de Importância Paga

Eliane Godoy Vendrame Protocolo: 24.309/2021 Eliane Godoy Vendrame Protocolo: 24.313/2021 Protocolo: 24 316/2021 Eliane Godoy Vendrame

SECRETARIA MUNICIPAL

DE TRANSPORTES INTERNOS

Autorização

O Secretário Municipal de Transportes Internos, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no Decreto no. 11.030/05 e Portaria Semutri 001, autoriza o servidor ELAINE MORAES BAR-GIELA SEGUEZZI RG: 17.670.199-0 SSP/SP a dirigir o veículo oficial da Prefeitura do Município de Piracicaba, pelo qual responde solidariamente em caso de acidente, multa ou furto, sendo vedada sua utilização para fins particulares.

Piracicaba, 22/02/2021

Dorival José Maistro Secretario Municipal de Transportes Internos

PROCURADORIA **GERAL**

Aditamento ao Contrato de Locação - Locador: Srs. JURAN-DIR JOSÉ DAMER E CLARISSE RUHOFF DAMER - CPF nº 023.050.139-73 (SAÚDE)

Proc. Admin.: nº 667/2005.

Licitação: Dispensa de Licitação - Artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: locação do imóvel localizado à Rua Carolina Molon Neme, nº 33 e 41, onde funciona a Unidade do Programa de Saúde da

Família - Jardim Morada do Sol Valor: R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais) mensais.

Prazo: 12 (doze) meses. Data: 01/09/2005.

DO ADITIVO - PRAZO E VALOR

Código Aditivo nº 2021.000.000.047.

Aditivo nº 667/2005-1/18.

Valor: R\$ 1.187,46 (um mil, cento e oitenta e sete reais e quarenta

e seis centavos) mensais. Prazo: 02 (DOIS) meses. Data: 23/02/2021.

Aditamento ao Contrato - Contratada: INFOMED GESTÃO DE SAÚDE E SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI. - CNPJ nº

21.613.220/0001-60 (SAÚDE) Contrato nº 1123/2020.

Proc. Admin.: nº 31.266/2020.

Licitação: Pregão Presencial nº 28/2020.

Objeto: Prestação de serviços especializados de atendimento

médico.

Valor: R\$ 3.106.656,00 (três milhões, cento e seis mil, seiscentos

e cinquenta e seis reais) Prazo: 12 (doze) meses. Data: 20/07/2020

DO ADITIVO - VALOR

Código Aditivo nº 2021.000.000.048.

Aditivo nº 1.123/2020 - 1.

Valor acrescido: R\$ 776.664,00 (Setecentos e setenta e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais).

Data: 23/02/2021.

Contratada: CLAUDETE REGINA SANTOS ANDRADE ME. –

CNPJ nº 18.542.736/0001-57 (SEDEMA) Código Licitação nº 2020.000.000.336. Código Ajuste nº 2021.000.000.108

Contrato nº 0147/2021.

Proc. Admin.: nº 111.564/2020. Licitação: Pregão Eletrônico nº 404/2020.

Objeto: Fornecimento parcelado de hortifrutigranjeiros.

Valor: R\$ 385.236,32 (Trezentos e oitenta e cinco mil, duzentos e

trinta e seis reais e trinta e dois centavos).

Prazo: 31/12/2021. Data: 19/02/2021.

Contratada: CARRONE & CARRONE LTDA - ME. - CNPJ nº

00.752.867/0001-01 (EDUCAÇÃO) Código Licitação nº 2020.000.000.274

Código Ajuste nº 2021.000.000.107 Contrato nº 0153/2021.

Proc. Admin.: nº 68.003/2020. Licitação: Pregão Eletrônico nº 249/2020 - Ata de Registro de

Preços nº 495/2020 (válida até 16/10/2021). Objeto: Prestação de serviços de serralheria.

Valor: R\$ 43.294,95 (Quarenta e três mil, duzentos e noventa e

quatro reais e noventa e cinco centavos)

Prazo: 31/12/2021. Data: 19/02/2021

Contratada: FREITAS & BRAVO LTDA. - CNPJ nº 65.481.384/0001-

Código Licitação nº 2020.000.000.187 Código Ajuste nº 2021.000.000.109

Contrato nº 0154/2021 Proc. Admin.: nº 90.971/2020.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 286/2020. Objeto: Aquisição de mobiliários e acessórios.

Valor: R\$ 13.999,98 (Treze mil, novecentos e noventa e nove reais

e noventa e oito centavos) Prazo: até a entrega definitiva.

Data: 22/02/2021.

Contratada: MARCO ANTONIO SILVA NETO 49710029878. -

CNPJ nº 34.850.802/0001-02 (SAÚDE) Código Licitação nº 2020.000.000.187 Código Ajuste nº 2021.000.000.110 Contrato nº 0155/2021.

Proc. Admin.: nº 90.971/2020.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 286/2020. Objeto: Aquisição de mobiliários e acessórios. Valor: R\$ 17.500 (Dezessete mil e quinhentos reais).

Prazo: até a entrega definitiva.

Data: 22/02/2021.

Contratada: DROGARIA DUARTE LTDA ME. - CNPJ nº

26.918.586/0001-61 (SAÚDE) Código Licitação nº 2020.000.000.187 Código Ajuste nº 2021.000.000.111 Contrato nº 0156/2021

Proc. Admin.: nº 90.971/2020.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 286/2020. Objeto: Aquisição de mobiliários e acessórios.

Valor: R\$ 19.990,00 (Dezenove mil, novecentos e noventa reais).

Prazo: até a entrega definitiva.

Data: 22/02/2021.

Contratada: ELISANGELA DE FÁTIMA AZANHA EIRELI - EPP. -

CNPJ nº 01.719.204/0001-40 (SEDEMA) Código Licitação nº 2020.000.000.320 Código Ajuste nº 2021.000.000.112

Contrato nº 0157/2021.

Proc. Admin.: nº 108.339/2020.

-se com as cautelas de praxe

Licitação: Pregão Eletrônico nº 408/2020.

Objeto: Fornecimento parcelado de areia e pedrisco.

Valor: R\$ 31.950,00 (Trinta e um mil, novecentos e cinquenta reais). Prazo: 31/12/2021.

Data: 22/02/2021

SERVIÇO MUNICIPAL **DE ÁGUA E ESGOTO**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO SINDICANTE N.º 4357/2020

Maurício André Marques de Oliveira, Presidente do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, Autarquia Municipal criada pela Lei n.º 1.657/69, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e baseado no Relatório Final da Comissão Permanente Sindicante, constituída através do Ato n.º 1106/2021 e demais documentos que instruíram os autos, HOMOLOGA o procedimento e ratifica a conclusão apresentada no Processo n.º 4357/2020. Publique-se, para os devidos efeitos legais. Após, ao Setor de Protocolo para ciência do interessado e arquive-

Piracicaba, 16 de fevereiro de 2021.

Maurício André Marques de Oliveira Presidente do SEMAE

Diário Oficial Eletrônico de Piracicaba. Documento assinado digitalmente conforme MP n. 2.200-2/2001de 24.8.2001, que incluiu a infraestrutura de chaves Pública Brasileira (ICP-Brasil), podendo ser acessado no endereço eletrônico http://www.piracicaba.sp.gov.br

COMUNICADO

A Sra. Pregoeira, no uso de suas atribuições comunica que a empresa AVANA INDÚSTRIA QUÍMICA EIRELI interpôs recurso administrativo contra sua decisão referente ao Pregão nº 007/2021, procedimento licitatório nº 0154/2021, que tem como objeto a CON-TRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FONECIMENTO DE CLORETO DE POLIALUMÍNIO - REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Informamos que, nos termos do disposto no inciso XVIII, art. 4º, da Lei n.º 10.520/02. fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis. para eventuais contra razões, as quais poderão ser protocoladas junto ao Setor de Protocolo, na sede da Autarquia, na Rua XV de Novembro, n.º 2.200, Piracicaba/SP, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, no horário das 08 às 16 horas - ininterruptos ou enviadas através do e-mail: licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br. Fica, desde já, autorizado vista e extração de cópias aos licitantes interessados, mediante requerimento formal e pagamento dos emolumentos devidos para reembolso das despesas reprográficas.

Piracicaba, 23 de fevereiro de 2021

Maria Alice Silva Santos Pregoeira Oficial

SETOR DE PROTOCOLO, ARQUIVO E DIVULGAÇÃO Expediente do dia 22 Fevereiro 2.021 Protocolados e Encaminhados

Protocolos Interessados 001049/202 NILVA ROSA 001050/202 EMERSON FORTUNATO MAIA 001051/202 JAIR TOT LISIA BORGES ATTILIO 001052/202 001053/202 JUZELEM MONTANHANA 001054/202 IVONE APARECIDA AMSTALDEN
UP AUTOMACAO MANUTENCAO E COMERCIO EIRELI 001055/202 001056/202 001057/202 ANDRE DA SILVA ROZA ANA LUIZA DA CRUZ DA SILVA 001058/202 001059/202 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA 001060/202 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA LIP ALITOMAÇÃO MANLITENÇÃO E COMERCIO FIRELL 001061/202 LUCIANA CRISTINA ROSADA MENGHINI 001062/202 001063/202 JOSE LEAL DE AQUINO LEONARDO DE SOUZA FERREIRA 001064/202 MARCOS VITOR DE OLIVEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA 001065/202 001066/202 M F SEPULVEDA COMERCIAL 001067/202 001068/202 FERNANDA DUMIT TOTTI 001069/202 CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA 001070/202 CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA ADRIANA MARTINS PERALTA 001071/202 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA 001072/202 001073/202 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA **GUILHERME FELIX GEWEHR** 001074/202 Despachos

Protocolos Processo Interessado 000041/202 000036/20 MARCUS ANTUNES DA ROCHA: "Deferido". GEREMIAS GOMES DE ARAÚJO: "Arquivado". 000425/201 000291/20 000513/201 000483/20 JOSÉ CARLOS AVELINO LOPES: "Concluído". PIRACICABA PRIME EMPR IMOB SPE LTDA: "Indeferido" 000551/202 000391/20 000619/202 000432/20 ANTONIO CARLOS RIBEIRO: EUGEANDRA DERRO: "Indeferido" 000682/202 000476/20 000579/20 GUSTAVO CARDOSO ROMERO: "Indeferido". 000834/202 CESAR MARTINS DA SILVA: "Concluído" PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA: 000848/202 000586/20 000890/202 CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA: 000961/202 000674/20 000692/20 000985/202 CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA: 000988/202 000694/20 CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA: 000989/202 000695/20 CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA: CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA 000990/202 000696/20 000992/202 000698/20 CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA: 001231/201 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO: "Concluído" 001511/201 000918/20 JOSÉ RONALDO DA SILVA: "Concluído" 001680/201 001219/20 JANAINA MARTINS SAMPAIO: 0 001341/20 GILBERTO FERNANDO DA CUNHA: "Arquivado". 002527/20 002662/201 001575/20 PABLO VIDAL TORRADO:

REINHOLDO CRISTIANO FAHL: "Arquivado" 002980/201 001745/20 003100/201 001839/20 AMARILDO ANTONIO NOGA AZEVEDO: "Arquivado". 003128/201 001860/20 CRISTIANE APARECIDA D'AMICO LOUREITO BOTAS "Arquivado" 001961/20 003293/201 ADILSON JOSE BELOTTO: LAERCIO ANDERSON DE SOUZA: "Arquivado". 003862/201 002350/20 JOSE FERNANDO FRANCINI: 003936/201 002417/20 MOYSES ALMEIDA NASCIMENTO: "Arquivado" 004188/201 003125/20 DALQUE ANTONIO DO NASCIMENTO: "Deferido". LEILA MARIA LEITE WETTEN: "Concluído". 004224/201 003257/20 DIVA MARIA DO CARMO NASCIMENTO: "Deferido". 004235/202 003132/20 004496/201 002612/20 MARIALICE TERRA COSENTINO ANGELI: "Arquivado". 004501/201 MIRELA ROSANI FLORIDA DE CAMPOS: "Arquivado". 002616/20 004577/201 002653/20 ACHILE MARIO ALESINA JUNIOR: "Arquivado" SANDRA MARIA CORREA: 004583/201 002659/20 004587/201 002663/20 LUCIA CRITINA JORGE: "Arquivado" 004590/201 002666/20 LILIAN ROBERTA PIEDADE: IAMIL CHALLITA NOLIHRA: 004593/201 002669/20 004749/201 003711/20 LUIZ CARLOS CARONI:

ERIKA RODRIGUES: "Concluído".

JOJI YOKOTA: "Deferido"

ANTENOR DOS SANTOS:

004203/20

004753/201

005060/202

005368/201

003715/20

003669/20

005369/201	004204/20	CARLOS EDUARDO CINTRA:
005469/202	003960/20	PAULO LORDELLO NOVAES: "Deferido"
005543/202	003999/20	ROBERTO CAMOLESI: "Deferido".
005684/202	004106/20	EDIO CANIATTI: "Indeferido".
006118/202	004411/20	JOAO JOSE NATALGIACOMO:
006284/202	004516/20	LUCIMARA ALVES DA SILVA: "Indeferido".
006565/202	003125/20	CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA:
006574/202	004715/20	VALENTIM FERREIRA DA SILVA: "Indeferido".
006600/201	004342/20	SILVIA MARIA MACIEL MORAES: "Concluído".
006697/202	004780/20	ELIZABETE FERREIRA SANTOS ROCHA DE CARV
"Deferido".		
007236/202	005002/20	ALFREDO GONZALES: "Deferido".
007421/201	005664/20	JOSIVA JOSÉ GOMES DE ANDRADE: "Concluído".
007852/201	005977/20	GELSE PEREIRA DE BRITO: "Arquivado"
010539/201	007511/20	LEONEL APARECIDO DIEHL: "Deferido".

CMAS

RESOLUÇÃO Nº 01/2021

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 6.246, de 03 de julho de 2008, e

CONSIDERANDO a reunião ordinária realizada no dia 18 de fevereiro de 2021:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Prorrogar o mandato atual da Mesa Diretora por até 90 dias, de acordo com a deliberação da Plenária em Reunião Ordinária realizada no dia 18 de fevereiro de 2021.
ARTIGO 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, 23 de fevereiro de 2021.

Veridiana Giovanetti da S. Ricci Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 02/2021

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 6.246, de 03 de julho de 2008, e

CONSIDERANDO a reunião ordinária realizada no dia 18 de fevereiro de 2021;

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Aprovar a Prestação de Contas Prestações de Contas, relativas ao Convênio Processo nº22/2020 dos recursos recebidos pelo Programa Estadual de Proteção Social Básica no valor de R\$ R\$ 282.229,12 (duzentos e oitenta e dois mil, duzentos e vinte e nove reais e doze centavos), Programa Estadual de Proteção Especial de Média Complexidade no valor de R\$ 292.118,22 (duzentos e noventa e dois mil, cento e dezoito reais e vinte e dois centavos) e Programa Estadual de Proteção Especial de Alta Complexidade no valor de R\$ 684.253,86 (seiscentos e oitenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos) do segundo semestre e anual físico-financeira referente ao exercício de 2020.

Piracicaba, 23 de fevereiro de 2021.

Veridiana Giovanetti da S. Ricci Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 03/2021

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 6.246, de 03 de julho de 2008, e

CONSIDERANDO a reunião ordinária realizada no dia 18 de fevereiro de 2021;

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Aprovar o saldo de Reprogramação dos Recursos Federais para o exercício 2021, dos seguintes segmentos:

- 1 Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho ACESSUAS TRABALHO, no valor de R\$6.945,57; 2 Estruturação da Rede Socioassistencial da Proteção Social
- 2 Estruturação da Rede Socioassistencial da Proteção Social Especial Investimento (Ementa Parlamentar/Milton Monti DE-VOLUÇÃO) no valor de R\$2.308,50;
- 3 Benefício de Prestação de Continuada (BPC NA ESCOLA) no valor de R\$13.099,78;
- 4 Piso Fixo de Média Complexidade: PAEFI, Centro Pop Rua, Abordagem Social; Piso de Transição de Média Complexidade; Piso de Alta Complexidade I e II: Pop de Rua/ Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias, Criança/Adolescente; Expansão do Piso Fixo de Média Complexidade (MSE); Incremento Temporário

ao bloco de Proteção Social Especial para ações do combate do COVID 19, no valor de R\$1.925.062,38;

- 5 Incremento Temporário ao bloco de Proteção Social Básica para ações do combate do COVID 19 no valor de R\$584.873,04
- 6 Bloco da Gestão do SUAS (IGD SUAS) no valor de R\$11.612,77;
- 7 Bloco da Gestão do SUAS (IGD BF) no valor de R\$213.884,38;
- 8 Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no valor de R\$26.669,56;
- 9 Aprimora a Rede no valor de R\$195,50;
- 10 SIG TV Estruturação e Investimento, no valor de R\$100.203,24; 11 – SIG TV Custeio, no valor de R\$200.113,59;
- 12 Ações do COVID 19 no SUAS para Acolhimento, no valor de R\$652.044,27;
- 13 Ações do COVID 19 no SUAS para Alimentos, no valor de R\$542.825,48;
- 14 Ações do COVID 19 no SUAS para EPI, no valor de R\$100.973,24;
- 15 Criança Feliz, no valor de R\$14.663,42.

Totalizando o valor de R\$4.395.474,72 (quatro milhões, trezentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

ARTIGO 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, 23 de fevereiro de 2021.

Veridiana Giovanetti da S. Ricci Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 04/2021

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 6.246, de 03 de julho de 2008, e

CONSIDERANDO a reunião ordinária realizada no dia 18 de fevereiro de 2021;

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Aprovar a nova composição da Comissão Temática, ficando da seguinte maneira:

Conferência da Assistência Social: Ana Paula Vioto Ferraz, Veridiana Giovanetti S. Ricci, Carlos Camilo Prada, Cláudia Regonha Suster, Rosimeire Aparecida de Oliveira, Rita de Cássia Zanetti Viana, Ilca dos Santos Freitas e Jaqueline Fonseca Martins Cipriano. ARTIGO 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, 23 de fevereiro de 2021.

Veridiana Giovanetti da S. Ricci Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

LICENÇAS

AÇO & MAQUINAS IND., COM. E TECNOLOGIA PARA MINERAÇÃO LTDA

Torna público que recebeu da SEDEMA - Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba de forma concomitante a Licença Prévia, Instalação e Operação Nº 2019 - 175505 para atividade de fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios, localizado(a) Avenida Santa Cruz do Rio Pardo Nº 4440 – Centro Comercial Agrícola Taquaral – Piracicaba.

J L J INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI.

Torna público que recebeu da SEDEMA - Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba, de forma concomitante, a Licença, Prévia, de Instalação e Operação n° 2019 - 112316 para atividade de fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica,

